



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO HISTÓRIA

Letícia Helena da Maia

**AMOR E AÇÃO:** a luta das moradoras do bairro Itinga (Joinville-SC) para a implementação  
do Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana

Florianópolis  
2023

Letícia Helena da Maia

**AMOR E AÇÃO:** a luta das moradoras bairro Itinga (Joinville-SC) para a implementação do  
Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em História.

Orientadora: Profa. Dra. Janine Gomes da Silva.

Florianópolis

2023

Maia, Leticia Helena da  
AMOR E AÇÃO: a luta das moradoras do bairro Itinga  
(Joinville-SC) para a implementação do Centro Comunitário de  
Educação Infantil Vovó Juliana / Leticia Helena da Maia ;  
orientadora, Janine Gomes da Silva, 2023.  
65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Itinga. 3. Amorabi. 4. Mulheres. 5. Educação  
Infantil. I. Silva, Janine Gomes da. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

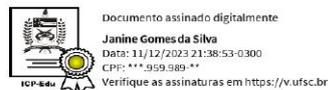
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, por videoconferência reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Janine Gomes da Silva, Orientadora e Presidente, pela Professora Noelen Alexandra Weise da Maia, Titular da Banca, e pela Professora Glaucia Cristina Candian Fraccaro, Suplente, designadas pela Portaria nº 47/2023/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Leticia Helena da Maia**, subordinado ao título: **"AMOR E AÇÃO: a luta das moradoras do bairro Itinga (Joinville-SC) para a implementação do Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana"**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora Janine Gomes da Silva a nota final 8,0, da Professora Noelen Alexandra Weise da Maia a nota final 7,0 e da Professora Glaucia Cristina Candian Fraccaro a nota final - ; sendo aprovada com a nota final 7,5. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia catorze de dezembro de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

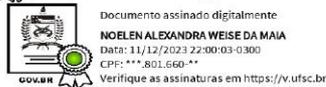
Florianópolis, 7 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.a Janine Gomes da Silva

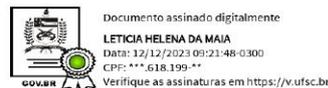


Prof.a Noelen Alexandra Weise da Maia



Prof.a Glaucia Cristina Candian Fraccaro

Candidata Leticia Helena da Maia





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmico (a) Letícia Helena da Maia, matrícula n.º 13203291 entregou a versão final de seu TCC cujo título é **AMOR E AÇÃO: A luta das moradoras do bairro Itinga ( Joinville-SC) para implementação do Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 13 de Dezembro de 2023.



Documento assinado digitalmente

Janine Gomes da Silva

Data: 14/12/2023 13:42:00-0300

CPF: \*\*\*.959.989-\*\*

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Orientador (a)



À todas as pessoas da Amorabi que se dedicaram/dedicam por vida digna na  
comunidade do bairro Itinga!

## AGRADECIMENTOS

Estar neste momento, podendo agradecer a realização deste trabalho de pesquisa, não foi uma tarefa fácil, foram muitos os percalços para poder chegar à conclusão deste, muitas pessoas tiveram essencialmente envolvidas neste processo.

Agradeço, primeiramente a minha mãe Maria Helena da Maia, por me trazer a vida e estar sempre ao meu lado, movendo o mundo para dar conta da minha criação, contando com o apoio de duas pessoas que também são essenciais em minha vida, minha segunda mãe Evanilde Helza Corrente e meu pai de coração Jandi Luiz Corrente. A vocês o meu carinho, a minha admiração e minha gratidão eterna.

À minha avó materna Silvia Senhorinha Neves, que mesmo não compreendendo muito deste mundo acadêmico, sempre demonstrou orgulho e preocupação com a neta que vivia entre idas e vindas de Florianópolis e Joinville-SC.

Agradeço as minhas irmãs de coração Bruna Carolina Corrente e Micheli Emeline Corrente, que nos momentos difíceis buscaram ser também o meu amparo.

Agradeço aos meus/minhas companheiros/as de cena e de vida, do Abismo Teatro de Grupo, Isadora Dourado dos Santos, João Vitor França, Marcos da Maia Vicente Jr., Cristovão Petry. Dividindo o mesmo território do bairro Itinga, pudemos nos encontrar na Amorabi e dividir muitos dos momentos de angústias e felicidade.

Agradeço ao movimento estudantil da UFSC e todas/os amigas/as que fiz nessa caminhada da graduação no curso de História, através do Centro Acadêmico Livre do Curso de História – CALH e de muitos outros encontros que luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade, proporcionou, em especial Mariah Madeira.

Agradeço as centenas de caronas, com caminhoneiros no trecho da BR 101, sentido Joinville – Florianópolis e vice-versa, que possibilitaram que a vinda semanal a Joinville fosse possível, economizando com os recursos das passagens. Agradeço também as/os motoristas de carros que nas paradas nos Posto de Gasolina, aceitaram muitas vezes darem a carona permitindo chegar no destino final.

Agradeço as amigas e amigos, no qual nos anos de moradia na Ilha de Florianópolis pude dividir e compartilhar o mesmo teto e muitas trocas de experiências, desabafos, dificuldades e alegrias: Kauana da Silva Preto, Raíza Padilha, Leonardo de Matos e Stephane Kravtz.

Agradeço aos amigos/as que contribuíram na leitura deste trabalho, com sugestões e com escuta atenta aos meus devaneios e inseguranças: Evelyn de Jesus Jeronimo, Maikon Jean

Duarte, Cibele Piva e, em especial, Manoela Veras, que mesmo não sendo tão próxima me ajudou muito na revisão e entrega deste trabalho.

Agradeço a minha psicóloga Lilian Mara dos Santos, que durante estes quase três anos, foi fundamental para eu conseguir me reconectar comigo mesma e ir avançando devagarinho, mas firme no propósito que as coisas iriam melhorar. Muito obrigada! Ao amigo Arildo José da Silva, pelas muitas conversas e puxões de orelha, para buscar acertar o caminho e focar na caminhada.

Agradeço a Virgínia C. Grein, filha caçula, da Vovó Juliana, no qual entre os preparativos de uma festa e outra, partilhava com entusiasmo as histórias da sua mãe.

Agradeço ao meu companheiro Murilo Henrique Rodrigues, no qual foi meu alicerce e meu grande apoio em todas as etapas da realização deste trabalho, sempre com muito cuidado, amor e paciência para lidar com os dias difíceis.

Agradeço imensamente a minha orientadora Profa. Dra. Janine Gomes da Silva, por ter acreditado desde o início neste trabalho e não ter desistido de mim, mesmo nos momentos que nem eu acreditava que conseguiria prosseguir.

Por fim, agradeço as protagonistas deste trabalho, no qual aceitaram o convite para realização das entrevistas e são grandes referências para mim: Julie Vieira, Irene Petry Tomelin, Janice Wenk Prawurzke e Sônia Maria Machado.

“[...] Põe a semente na terra,  
Não será em vão  
Não te preocupe a colheita,  
Plantas para o irmão [...].”  
(Acácio Santana, 1995)

## RESUMO

O presente trabalho visa contribuir com um estudo sobre a luta das moradoras do bairro Itinga, na cidade de Joinville-SC, para a construção de um Centro de Educação Infantil. Tendo como ponto de partida a doação de uma casa, realizada pela professora aposentada Juliana de Carvalho Vieira, na década de 1990 para a Associação de Moradores de Moradores e Amigos do Bairro Itinga (AMORABI). A base desta pesquisa encontra-se principalmente na análise das documentações presentes no Acervo comunitário da Associação de Moradores, bem como na utilização da metodologia da História Oral, no qual proporcionou a realização de quatro entrevistas temáticas com as moradoras do bairro que participaram ativamente deste movimento de garantia de direitos sociais básicos.

**Palavras-chave:** Mulheres; Itinga; Educação Infantil; Amorabi; Movimento Social.

## **ABSTRACT**

This work aims to contribute to a study on the struggle of residents of the Itinga neighborhood, in the city of Joinville-SC, for the construction of an Early Childhood Education Center. Taking as a starting point the donation of a house, made by retired teacher Juliana de Carvalho Vieira, in the 1990s to the Association of Residents and Friends of Bairro Itinga (AMORABI). The basis of this research lies mainly in the analysis of documentation present in the Community Collection of the Residents' Association, as well as in the use of the Oral History methodology, which provided four thematic interviews with residents of the neighborhood who actively participated in this movement. guarantee of basic social rights.

**Keywords:** Women; Itinga; Preschool Education; Amorabi; Social Movement.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMORABI	Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga
CCEI	Centro Comunitário de Educação Infantil
CERI	Centro de Educação e Recreação Infantil
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
E.M	Escola Municipal

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>COMUNIDADE EM AÇÃO .....</b>	<b>20</b>
2.1	A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS CEBS .....	25
2.2	SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO ITINGA – AMORABI.....	26
<b>3</b>	<b>MEMÓRIA DAS MULHERES DO ITINGA: CONSTRUINDO UMA INFÂNCIA CIDADÃ NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VOVÓ JULIANA .</b>	<b>36</b>
3.1	O ENCONTRO: VAMOS JUNTAS? .....	40
3.2	A ESTRUTUTURAÇÃO: MÃOS NA MASSA! .....	43
3.3	DO VOLUNTARIADO À PROFISSIONALIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA QUE DEU CERTO.....	49
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sou “cria<sup>1</sup>” da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga (AMORABI)<sup>2</sup>. Minha trajetória perpassa este espaço, sendo ele um lugar de encontros, descobertas e de cultivo. Com apenas onze meses de idade, fui matriculada no Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana, onde permaneci até aos seis anos. Cresci assistindo com a minha família as inúmeras peças de teatro, apresentações de dança e música. Aos doze anos voltei a frequentar a entidade como aluna do primeiro Curso de Teatro da Amorabi (2008) e nunca mais larguei. Aos vinte e três anos, assumi o cargo de presidenta<sup>3</sup> da Associação, sendo a mais jovem presidir uma gestão de diretoria da Amorabi. Atualmente sou educadora social, produtora cultural, atriz, graduada em História pela UFSC e principalmente cultivadora de um espaço que transborda Arte, Educação Popular e Solidariedade.

Esta pesquisa foi motivada pelo meu forte envolvimento com as atividades culturais da Associação e com o Abismo Teatro de Grupo<sup>4</sup>, durante a minha trajetória acadêmica no curso de História da UFSC, dividi o local de moradia entre as duas cidades: Joinville e Florianópolis/SC. Durante as disciplinas optativas de Laboratório de Ensino de História Oral (2017) e Acervos como fonte e objeto da pesquisa histórica (2018), ofertadas pelo departamento de História da universidade, o meu desejo de trabalhar com este tema se intensificou diante das documentações encontradas nos arquivos da Associação e pelos diálogos realizados nos corredores da entidade. Ao centro deste trabalho está a comunidade do Itinga, lugar que cresci e ainda compartilho muitas histórias. Desse modo, não é uma tarefa fácil dissertar sobre um tema que me atravessa, mas é gratificante encontrar e reencontrar fragmentos de uma história comunitária.

---

<sup>1</sup> A expressão “cria” é uma gíria conhecida para definir um lugar de onde você nasceu ou para referenciar a ligação de pertencimento com determinado espaço. A Amorabi, sempre foi um espaço no qual transitou muitas crianças, adolescentes. Alguns mesmo distante, auto definem-se como “cria” da Amorabi. No ano de 2020, um projeto com o título “Sou Cria da Amorabi – Teatro e Juventude da Amorabi” foi selecionado pelo Edital da Lei Emergencial Aldir Blanc (2020), proposto pela autora deste trabalho, reunindo sete “crias” da Amorabi de diferentes idades para um bate papo online no perfil das redes sociais da Associação.

<sup>2</sup> Amorabi foi fundada em 17 de maio de 1981 no bairro Itinga, na cidade de Joinville/SC.

<sup>3</sup> Assumi como presidenta da entidade, na data 02/06/2018 substituindo o presidente que havia sido eleito, mas por motivos pessoais necessitou se afastar do cargo, permaneci no cargo até o fim da gestão. No ano de 2021, com a chamada de nova eleição, para compor a próxima diretoria sou eleita como presidenta para assumir um novo mandato, pelo período de junho/2021 a abril/2023.

<sup>4</sup> O Abismo Teatro de Grupo, foi fundado no ano de 2013, a partir do resultado dos cursos de Teatro da Amorabi, com quatro adolescentes moradores do Itinga e o então diretor teatral Cristóvão Petry. O grupo permaneceu com suas atividades, até o mês de janeiro de 2023. Tendo circulado com seu repertório de espetáculos por inúmeras cidades do estado de Santa Catarina e comunidades, através da linguagem do teatro político-comunitário.

O bairro de Itinga fica localizado na periferia da Zona Sul do município de Joinville/SC, criado através da Lei nº 1526, de 5 de julho de 1977, e possui 8,39 km de distância do centro da cidade. Ele é marcado por muitas narrativas que se entrelaçam e formam o perfil de uma comunidade combativa e reivindicativa pelo acesso aos direitos básicos de infraestrutura - como regularização dos loteamentos, energia elétrica, encanamento de água, ponto de ônibus e entre outras necessidades básicas - que vão emergir na fundação e consolidação da Amorabi, no ano de 1981. Este foi o grande cenário onde se desencadeou o movimento liderado pelas moradoras do bairro para efetivar a construção de um projeto social e de cunho emancipatório, principalmente para mulheres - mães - moradoras denominado: “Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana”. Nesse cenário, o conceito de gênero discutido pela historiadora Joan Scott (1986), em seu artigo “Gênero – uma categoria útil de análise histórica” atravessa esta pesquisa, procurando evidenciar os aspectos e a participação feminina das mulheres do Itinga, não como uma outra história a ser contada, mas problematizando os motivos da sua invisibilidade. Assim, propõe-se que essas narrativas saiam da marginalidade e ocupem também o “lugar do centro”.

A luta pela implantação de uma creche comunitária no bairro, se deu a partir da necessidade de garantia de um direito primordial básico, negligenciado pelo Estado, e assumido pela comunidade em ação<sup>5</sup> do bairro Itinga. Isso ocorreu em um período de abertura política iniciada no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 que provocou o surgimento de inúmeros movimentos populares no país. Nesse cenário, o movimento de associativismo, através da criação das associações de bairro, eclodiu, evidenciando nas suas próprias origens as marcas de deterioração das condições de vida do povo, que buscavam através do movimento popular uma vida digna para si e para seus pares.

O movimento pela reivindicação de Creches Comunitárias nas décadas de 1980 e 1990 estava em efervescência no Brasil e setores do movimento feminista estavam articulando e reivindicando este direito como uma das suas principais pautas. Maria Amélia de Almeida Teles em seu artigo “A participação feminista na luta pelas creches!” nos aponta o seguinte:

A maternidade é uma função social, interessa a toda sociedade que deve estar preparada política e afetivamente para receber, cuidar, educar e socializar as crianças pequenas. A creche não é um problema individual, é uma questão social. Neste debate, o feminismo concebe a creche como um direito das crianças pequenas à educação, sem excluir dos direitos

---

<sup>5</sup> Um dos lemas da Amorabi são as palavras *Amor e Ação*, presentes na bandeira e logotipo da entidade.

das mães trabalhadoras à sua realização social e profissional, condições fundamentais para sua emancipação (Teles, 2015, p. 25).

O reconhecimento da creche como direito das crianças abaixo de sete anos foi publicado no país somente na Constituição Brasileira de 1988<sup>6</sup>, através de muito embate e pressão dos movimentos sociais. Ainda assim, o fato de as crianças serem reconhecidas como sujeitos de direitos (Teles, 2015) não refletiu em medidas imediatas por parte do Estado para suprir essas demandas, principalmente nas áreas mais pobres e periféricas. Assim ocorreu no bairro Itinga, dando abertura para os seguintes questionamentos: Estariam estas moradoras conectadas com as discussões e movimentos nacionais que emergiram neste período? Quais foram os principais desafios enfrentados? Diante destas e outras perguntas, apresento a História Oral como escolha metodológica para este trabalho, tendo por objetivo central, investigar através das memórias a construção da creche comunitária, situada no bairro Itinga.

A minha pesquisa está inserida no campo da História do Tempo Presente, sendo dividida por dois capítulos: a introdução, o primeiro nomeado *Comunidade em Ação* no qual se pretende esmiuçar os aspectos do bairro, o surgimento da Associação de Moradores e como se concretizou os primeiros passos para a construção de um Centro Comunitário de Educação Infantil, através da criação do Departamento de Educação, dentro da estrutura organizacional da AMORABI; um segundo capítulo nomeado *Memórias das Mulheres do Itinga: construindo uma infância cidadã no Centro de Educação Infantil Vovó Juliana*, no qual foca-se nas evidências encontradas a partir dos testemunhos orais, coletados através de entrevistas. Para a realização das mesmas, optei por construir um roteiro geral semiestruturado que pudesse ser adaptado durante o andamento das entrevistas, ressaltando que o trabalho com a metodologia da história é um conjunto de procedimentos, sendo a entrevista uma das suas composições, e, por fim, as considerações finais.

Para esta análise, selecionei um compilado de fontes documentais disponíveis no Acervo da entidade que - nestes 42 anos de existência - acumulou um acervo significativo de pastas, caixas-arquivo, envelopes e cadernos contendo importantes documentos como: primeiros Livros Ata da Associação e do Centro de Educação Infantil Vovó Juliana, relatórios de atividades e prestação de contas, fichas cadastrais das famílias associadas,

---

<sup>6</sup> Artigo. 208 da Constituição Federal: O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: IV atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

arquivos de fotos e jornais, o critério escolhido foi a datação das fontes, limitado pelo recorte temporal dos anos de 1981 ao ano de 1999 . O maior volume de caixa-arquivo encontra-se abrigado na sala de figurino da Associação, em uma das paredes da sala estão fixadas três prateleiras de madeira, com aproximadamente 80 itens de caixa-arquivo, sendo em sua maioria catalogados com as fichas cadastrais sob o título de “crianças nascidas” somado ao recorte temporal, por exemplo “crianças nascidas - 1989 - 1990 e 1992”, logicamente estas crianças se referem às moradoras do bairro Itinga.

A sensação de quem entra pela primeira vez na sala e presta atenção na catalogação das caixas é o espanto de imaginar que naquele espaço constam os registros de uma grande parcela de crianças, que hoje já estão na fase adulta e passaram pelos cuidados do CEI. Faço esta afirmação baseada na minha própria reação em imaginar a grandiosidade e as infinitas possibilidades de nomes e famílias registradas. Confesso, que devido ao fato de ser frequentadora assídua da Amorabi, e da minha vivência com os cursos de teatro, muito antes de imaginar ingressar na graduação em História, em um momento oportuno com colegas das aulas de teatro, vasculhei algumas das caixas-arquivo, no intuito de encontrar a minha ficha cadastral no arquivo da Associação. E não é que eu encontrei?

**Figura 01** - Autora em uma sala com as fontes documentais



**Fonte:** Acervo pessoal

No que tange à pesquisa historiográfica sobre o tratamento e uso de fontes escritas e o acesso aos arquivos, seria inviável poder discorrer e analisar todas as documentações

encontradas. Nesse sentido, é necessário um trabalho de “paciência, como arma básica” para atuar na pesquisa (Bacellar, 2008, p. 53). Ressalta-se ainda, que a sala é um local anexado a Sala de Figurinos do Curso de Teatro da entidade, não sendo exclusivo para acomodar os arquivos. Por conta das prateleiras estarem em uma altura de cerca de 1,8m a 2,5m do chão, as caixa-arquivos são muito pouco manuseadas e percebe-se que houve um trabalho de sistematização e organização dos documentos, porém na descrição de muitas delas constam documentos que não condizem com a identificação. Todavia, isso não foi um empecilho para o desenvolvimento deste trabalho. Mesmo o espaço não sendo uma “sala de arquivo oficial”, uma vez que não se aplica nenhuma metodologia para o manuseio e higienização constante dos documentos, tampouco um controle de acesso e ações periódicas de manutenção, coloquei em prática todos os cuidados necessários, como o uso de luvas e máscaras para “manusear” as documentações, tendo em vista que os papéis são “frágeis - embora muitas vezes não aparentam, as fibras de papel envelhecem, tornam-se quebradiças e podem se romper facilmente, sobretudo jornais” (Bacellar, 2008, p. 55). Para compreender a definição do modelo de arquivo, presente na Associação de Moradores, encontrei nas palavras da historiadora e pesquisadora, da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/ Fiocruz), Luciana Heymann a seguinte reflexão sobre arquivos comunitários:

Os arquivos comunitários indicam a preocupação dos próprios grupos com a salvaguarda de suas memórias e são expressão do que avaliam como sendo representativo de suas trajetórias. Estes arquivos podem ser estratégicos para o fortalecimento da identidade do grupo, para seu empoderamento e visibilidade. Nesse sentido, são dispositivos importantes para a construção de uma memória coletiva mais plural e democrática (Cruz, 2022).

Diante do exposto, concordo com a definição e percebo que muito se enquadra na realidade encontrada na Amorabi, pois as documentações “guardadas” são representativas e de domínio e interesse de toda uma comunidade em preservar esses documentos, com anuência, ou não de profissionais especializados na área. Em uma pesquisa, um pouco mais avançada em alguns repositórios acadêmicos para encontrar bibliografias relacionadas ao tema, encontrei dificuldades em referências traduzidas para o português, devido ser esse um campo na perspectiva dos estudos arquivísticos, em recente expansão de discussão no Brasil.

Os documentos selecionados para utilização neste trabalho foram os seguintes: Livro Ata da AMORABI; Livro Ata CEI Vovó Juliana; Relatórios de atividades de 1991 a 1999; Relatório de Prestação de Contas de 1997 e 1998; Rifas para angariar recursos financeiros; Recorte do Jornal Anotícia; Ofício emitido pela Associação para a Prefeitura Municipal, ano

de 1999. Levando em consideração a definição que o “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” (Karnal; Tatsch, 2009, p. 24).

Atentei-me para os diferentes contextos nos quais cada documento foi produzido, embora não ter tido “neutralidade” na escolha dos mesmos, afinal toda escolha pressupõe uma “intencionalidade”, tanto do lado de quem os produziu (Le Goff, 1990), quanto de quem hoje analisa. À vista disso, o segundo capítulo intitulado *Memórias das mulheres do bairro Itinga: construindo uma infância cidadã no Centro de Educação Infantil Vovó Juliana* constitui-se na temática central deste trabalho a partir da Metodologia da História Oral. Desse modo, objetivou-se realizar entrevistas com mulheres do bairro que estiveram envolvidas na criação e manutenção do departamento de educação da Amorabi. Sobre a importância de se trabalhar a partir dos testemunhos, a historiadora Verena Alberti aponta que “uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos que efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (Alberti, 2008, p. 165) e adiante no artigo continua “o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de ‘histórias dentro da história’, que, dependendo de seu alcance e dimensão, permitem alterar a ‘hierarquia de significações historiográficas’ no dizer da historiadora italiana Silvia Salvatici” (Alberti, p. 166, 2008).

No primeiro contato com as entrevistadas, foi a unânime a surpresa quando fiz o convite para participar deste Trabalho de Conclusão do Curso. Falas como “será mesmo?”, dita por uma das entrevistadas reforça o lugar de invisibilidade que muitas mulheres são colocadas em nossa sociedade. Assim, é papel de historiadores/as dar visão a essas narrativas e este papel só obteve reconhecimento e legitimidade no campo da historiografia no entrelaço com os movimentos sociais e políticos a partir do ano de 1960 (Salvatici, 2005).

A escolha das entrevistadas não ocorreu de forma aleatória. Buscou-se selecionar quatro mulheres que estiveram inteiramente ligadas com os primeiros passos da efetivação do CEI, sendo elas: Julie Vieira – professora aposentada, ocupou o cargo de primeira Diretora do CEI e uma das filhas mais velhas da Vovó Juliana –, Irene Petry Tomelin – responsável por toda parte contábil e administrativa – Sônia Maria Machado e Janice O. Weucker – ambas voluntárias e posteriormente professoras da creche. Os roteiros das entrevistas, bem como o trabalho de transcrição dos depoimentos, foram pautados pelos

cuidados éticos, que uma pesquisa no campo da História Oral, exige. Neste sentido, buscou-se o distanciamento da entrevistadora, não para negar o seu lugar de *pertencimento* mediante as histórias que ali estavam sendo narradas, mas no intuito de manter a postura ética e para melhor aproveitamento das fontes. Todas as entrevistas são carregadas de subjetividades, trazendo muitos significados (Portelli, 1979). Assim, a forma como narram o período que estiveram à frente do CEI Vovó Juliana, no recorte dos anos de 1992 a 1999, permite compreender os desafios enfrentados e caminhos utilizados para a consolidação e manutenção deste espaço.

A relação entre História do Tempo Presente/História Oral/História das Mulheres, é abordado no transcorrer deste capítulo, partindo das contribuições das/os autoras/es Alberti (2015), Salvatici (2005), Portelli (1997), Pollak (1989) e Bosi (1979).

A primeira personagem que será neste trabalho apresentada é a moradora e professora aposentada Juliana de Carvalho Vieira<sup>7</sup>, carinhosamente chamada por Vovó Juliana, que a título de doação, entregou a sua casa para Amorabi para ser a sede da creche comunitária. Ela foi professora primária do Ensino Fundamental I e do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL que contribuiu com a Educação de Jovens e Adultos. Quando veio morar em Joinville em 1980, instalou-se próximo a sua filha mais velha, no Bairro Itinga. Inicialmente aplicava injeção nas pessoas da comunidade, por falta de Posto de Saúde e farmácia no bairro. Ela ensinou tricô e crochê no Clube de Mães do Bairro e, além disso, com seus próprios recursos, fazia bolachas e sequilhos de Natal no forno a lenha, para doar para as famílias carentes do Itinga. Participou de diversos cursos promovidos na Fundação 25 de Julho<sup>8</sup>, voltados para a agricultura rural e cozinhas comunitárias a fim de auxiliar a comunidade do Itinga, sob a orientação do Pe. Luiz Facchini<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Nasceu na data de 07/09/1923 na cidade de Mafra-SC e faleceu no ano de 2005 em Curitiba-PR.

<sup>8</sup> A fundação 25 de Julho foi criada no dia 22 de Julho de 1966, por decisão do então prefeito Nilson Wilson Bander. Localizada, no bairro de Pirabeiraba, região norte de Joinville-SC, destaca-se pelo seu trabalho de assistência técnica aos agricultores da região. Dentre os mais de 15 programas ofertados pela fundação, estão as atividades do programa Mulher Rural, Segurança Alimentar e Nutricional e Serviço Social.

<sup>9</sup> Pe. Luiz Facchini, referência a comunidade do bairro Itinga e Zona Sul de Joinville, foi propulsor da Teologia da Libertação, através da criação das CEBs. Natural de Taió – SC, foi ordenado padre, em 1969 e entre os anos de 1972 até 1975 assumiu a coordenação geral da Pastoral Social da diocese de Joinville. Através da criação das paróquias Cristo Ressuscitado, no bairro Floresta (1975) e da Paróquia Nossa Senhora de Belém, no bairro Boehmerwald (1999) que dedicou a maior parte da sua vida sacerdotal. No bairro Itinga, no ano de 1994 criou a Fundação Pauli – Madi Pró Solidariedade e Vida, no qual marcou o seu compromisso na luta contra a fome, criando importantes projetos, como as Cozinhas Comunitárias, que foram fundamentais para garantir o alimento daqueles/as que eram totalmente desprovidos de condições financeiras. No ano de 2018, ele fez sua passagem para o plano espiritual, porém o seu legado permanece vivo, com a Fundação Padre Luiz Facchini, em pleno funcionamento no atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

O amor e respeito pela educação sempre a conduziu. Assim, no ano de 1992, Juliana fez uma reunião familiar para comunicar a sua vontade em doar sua casa para servir como amparo para as crianças da comunidade, uma vez que muitas viviam nas ruas e o bairro não tinha conquistado sua creche. No primeiro momento, ela cogitou em doar para a igreja, mas, depois de refletir, a família concluiu que seria de maior zelo, fazer a doação para a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga- AMORABI. Sua filha mais velha, Julie Vieira Green, teve um papel fundamental nesta ação, fazendo articulações e levando em frente o compromisso herdado de sua mãe pela educação. Nesse contexto, observa-se como um ato de amor e solidariedade que transformou a comunidade do bairro Itinga.

Com isto, portanto, este trabalho é apresentado como uma contribuição ao registro histórico do movimento popular do bairro Itinga, com enfoque para as memórias das mulheres moradoras do bairro na sua luta junto a Associação de Moradores.

## 2 COMUNIDADE EM AÇÃO

Era uma vez uma formiguinha bem pequeninha... Bem pequeninha... Que morava no formigueiro que ficava na Selva e nessa Selva quem mandava era o Leão. O Leão! E o Leão tinha mão de vaca. Um dia esse formigueiro começou a encher, a encher... E caiu! Então as formiguinhas ficaram desesperadas. Formiguinhas! Nós vamos ter que falar com Leão com o Leão? Eu não vou... (uma formiguinha resolveu ir) Seu Leão, eu em nome de todas as formiguinhas vim falar com o senhor para pedir autorização para construir um novo formigueiro. O senhor nos autoriza? Não tem terreno! As formiguinhas ficaram então desesperadas... E agora? O que vamos fazer? Já sei os peixes tem terreno, a gente pode falar juntas com eles. E as formiguinhas foram falar com os peixes... Lá onde a água ronca... E os peixes, deram o terreno! A gente conseguiu! A gente já tem o terreno, agora só falta conseguir o barro! Os macacos têm barro!! A gente já tem o terreno, o barro, agora é só construir.... Mas formiguinhas, a gente ainda precisa da autorização do Leão, mas eu não vou ir sozinha. Vamos juntas! E foi uma formiguinha, outra formiguinha e mais outra... E o formigueiro todo estava ali! Seu Leão, nós formiguinhas viemos falar com senhor para pedir autorização para construir um novo formigueiro. Porque a gente já tem o terreno, o terreno (repetem em coro), a gente já tem o barro, o barro (repetem em coro) Só falta a autorização e não tem como dizer não! A isso não tem mesmo!! E o Leão mesmo com sua mão de vaca, mão de vaca, mão de vaca... Resolveu abrir a mão e autorizou as formiguinhas a construírem seu novo formigueiro. Lá onde água ronca!

O trecho acima trata-se de uma metáfora encenada pelo Abismo Teatro de Grupo, logo no início do seu espetáculo “Teatro Playback<sup>10</sup>- Uma comunidade e muitas histórias”, o qual foi baseado na história narrada por seu Pedro Rocha Alcântara, em uma apresentação da *Dionisos Teatro*<sup>11</sup>. Foi em uma apresentação na sede da Associação, no ano de 2011 que seu Pedro contou ao grupo e à plateia que estava presente como foi a luta dele e dos/as demais moradores/as do Itinga para conseguir a ampliação da Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores, com intuito de acomodar e atender melhor as crianças e adolescentes da comunidade. O referido “leão” faz alusão ao prefeito que estava sob comando na época, Wittich Freitag. Os “peixes e macacos” referem-se aos apoiadores, comerciantes do bairro entre outros que ajudavam a comunidade e as “formiguinhas” seriam essa mistura fervorosa das lideranças do bairro no qual estavam sempre se reunindo em prol de melhorias e reivindicações. O interessante desta história encenada no formato de metáfora, serve para ilustrar o comprometimento das pessoas moradoras do Itinga. Anos antes do movimento de luta pela creche comunitária, a Associação dos Moradores já estava encampando outros enfrentamentos, também ligados com a educação.

<sup>10</sup> O teatro playback é uma metodologia de teatro, criada no ano de 1975 por Jonathan Fox (EUA), no qual as pessoas da plateia contam suas histórias e as atrizes/atores e músicos encenam. Essa técnica valoriza e coletiviza as histórias contadas a partir de um caráter comunitário.

<sup>11</sup> A Dionisos é uma companhia teatral fundada em 1977 que atua na área de produção cultural e de arte-educação construindo espetáculos de teatro que contribuam para a formação cultural de Santa Catarina e do Brasil.

O nome do bairro “Ytinga” segundo Correa e Rosa (1992), em seu livro História dos Bairro de Joinville, nos diz o seguinte:

Y é m vocábulo guarani que significa água. “Tinga” quer dizer branco...O Ytinga tem este nome devido a limpidez de suas águas ou, o que é mais razoável, à cor leitosa que muitos rios apresentam devido à dissolução de argila branca ou caulim, é um riozinho de onze quilômetro apenas (Correa; Rosa, 1992, p. 91).

Desse modo, quando as “formiguinhas” afirmam que construíram o seu “formigueiro”, “lá onde a água ronca” faz referência a própria história de nome do bairro, no qual posteriormente será retirado a letra “y” e ficando registrado como bairro “Itinga”. Este tem seu limite geográfico com o município de Araquari, no qual seu nome, também traduzido na língua tupi-guarani, significa “rio de águas claras”. Contrapondo-se assim que a história do bairro Itinga, bem como das cidades vizinhas e da própria cidade de Joinville/SC, iniciou-se com a presença dos/as imigrantes oriundos da Barca Colon, como a historiografia oficial da cidade afirma. Mas sim, antes mesmo da chegada de famílias imigrantes à cidade de Joinville e conseqüentemente o bairro Itinga já havia a presença de outros “povos” como afirma a historiadora Janine Gomes da Silva:

Joinville, localizada na região nordeste do Estado de Santa Catarina, foi colonizada por imigrantes europeus, principalmente alemães, a partir de 1851, através da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, que encaminhou para Joinville e arredores, entre os anos de 1850 e 1888, 17.408 colonos. Estas terras foram oferecidas para colonização por François Ferdinand Phillipe Louis Marie d’Orléans, Príncipe de Joinville, e as negociações iniciaram em Hamburgo, entre o Senador Schroeder e o Sr. Léonce Aubé, procurador do Príncipe de Joinville no Rio de Janeiro. Tratava-se de terras que faziam parte do dote de casamento com a princesa Francisca Carolina, filha de Dom Pedro I. A Colônia foi chamada de Dona Francisca, em homenagem à princesa e, posteriormente, o núcleo da colônia foi denominado Joinville. Foi em 09 de março de 1851, que os primeiros imigrantes, vindos com a barca “Colon”, até o Porto de São Francisco do Sul, chegaram a estas terras. Ressalta-se que a história da cidade costuma ser contada a partir dessa data, não levando em consideração os povos sambaquianos que aqui viveram, nem mesmo a presença dos índios, dos afrodescendentes e dos luso-brasileiros no momento da colonização (Silva, p.17 2004).

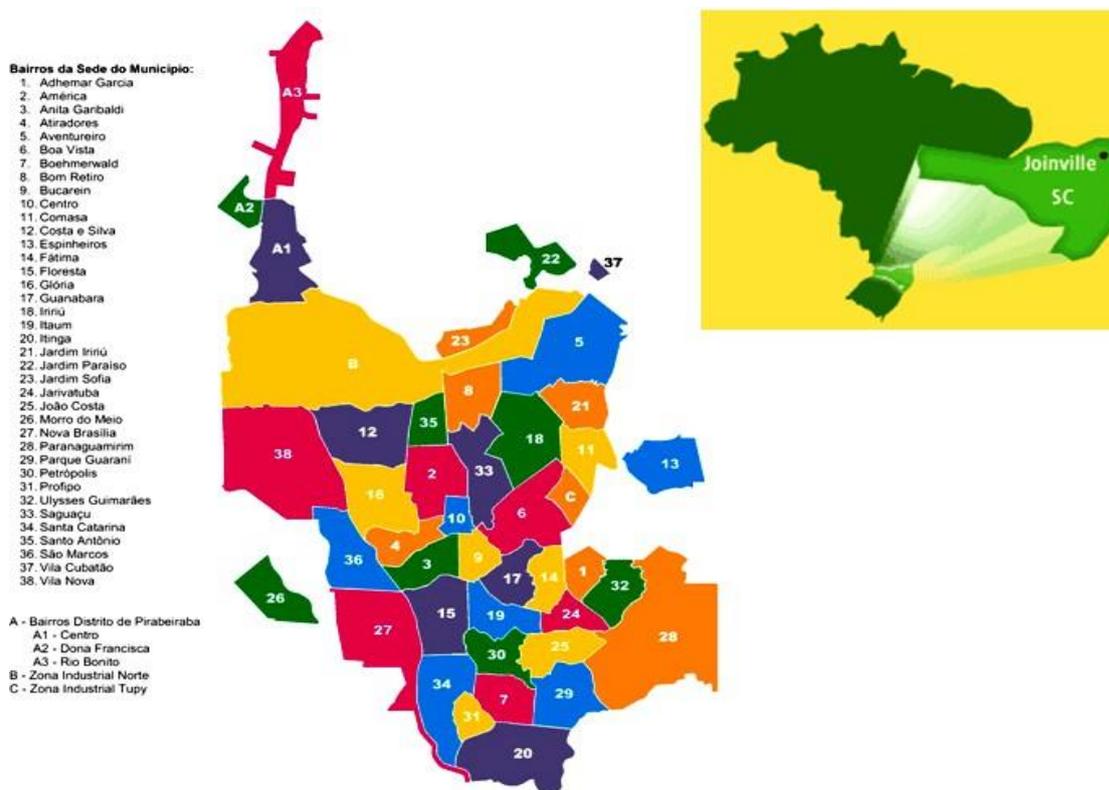
Pontuado a questão de que a cidade de Joinville e o bairro tema desta pesquisa não surgiram com a vinda de imigrantes europeus pois este território já fora habitado, pode-se elucidar de forma emblemática que as principais famílias de imigrantes presentes no Itinga, nos primeiros anos da sua “fundação” foram as de origem europeia. O morador Jandi Luiz Corrente, referência da comunidade por ser detentor de uma memória fecunda, afirmou em uma entrevista cedida para o Jornal Notícias do Dia, em celebração aos 172 anos da cidade Joinville, o seguinte:

A minha família veio de Taió, Santa Catarina, em 1958. Aí meu pai comprou essas terras aqui para plantar arroz, em 1959 e nesta época, vieram os italianos de origem italiana para plantar arroz, tinha as arrozeiras aqui né [...] Aqui já existia, era uma colonização assim, já da época da vinda dos primeiros imigrantes, já tinham os alemães aqui no Itinga e aqui no Boemewath, os Delgaman, Kruger, Schulz, [...] Timm. Diversos, que eram agricultores, todos e tinha os portugueses, os nossos caboclos, isso aqui era uma colônia, uma colônia de agricultores, [...] plantavam, só coisas de subsistência, criavam muitos animais domésticos né, vamos dizer as galinhas, os patos, os suínos, gado, tinha leite, o queijo né, então tinha muito produto extraído da própria terra, da própria casa. Tinha muito engenho de farinha e de cana, aqui da região do Boehmerwaldt aqui no Itinga, tinha uns 19 engenhos que hoje não tem mais, quase todos os agricultores tinham esses engenhos, onde faziam a farinha, o melado, o mousse os doces né, e tinha duas vezes por semana que eles levavam os produtos para cidade, vamos dizer assim, para entregar nas vendas, não tinha supermercados eram vendas né [...] Aí então, como que veio progresso [risos] claro a cidade veio avançando os agricultores com famílias grandes não tinham mais serviços, terrenos para operacionalizar assim,, para viver então os filhos foram indo para as fábricas, foi o nosso caso também, né? (Corrente, 2023, p.2).

O bairro Itinga, era uma área rural, utilizado por muitas famílias como um caminho para escoar as produções de seus insumos agrícolas e de subsistência, para a denominada Colônia Dona Francisca, que atualmente, é a cidade de Joinville-SC. O Itinga, era o trajeto de ligação para as cidades como São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul, por onde o principal transporte utilizado eram carroças puxadas por cavalos. Por esta sua característica rural, o bairro aos poucos tornou-se um ponto de criação de suínos, gados, plantação de aipim, milho e de forma destacada o arroz.

Embora observe-se atualmente o crescimento populacional e urbanização do bairro, o Itinga ainda preserva algumas características rurais e parte de sua mata atlântica preservada, em comparação com outros bairros vizinhos. Adentrando sobre a sua posição geográfica, observa-se a figura número 01, no qual apresenta a distribuição dos bairros do município de Joinville/SC, o Itinga está enumerado como sendo o vigésimo do mapa. Ressalta-se que o fato de estar em relação periférica ao ponto de central da cidade, não é apenas isso que o classifica como uma comunidade de periferia, mas sim o modo da relação que o poder público também investe nestes territórios.

**Figura 01** – Mapa dos bairros de Joinville-SC



**Fonte:** Sossai; Coelho (2014)

Para as/os moradoras/es do bairro, é comum ouvir de outras pessoas, ao se referirem do Itinga, frases como “ali, para quem vai para as praias, isso?”, referindo-se apenas como um caminho ou como o fim da cidade de Joinville-SC. Esta discussão embora atual, já foi muito bem problematizada por historiadoras/es, através de matérias de jornais, no livro do historiador Cristovão Petry, “O Teatro em Comunidades Periféricas - Uma trajetória desenvolvida no bairro Itinga (Joinville/SC)”, ele aborda esta discussão:

O jornalista Luís Fernando Assunção, numa matéria publicada no jornal A Notícia, denominada Itinga, está onde Joinville termina, demonstra nesse título a fama que o bairro tinha, e ainda tem, por ser distante de tudo e de todos. No livro Pelas Tramas de uma cidade migrante, a historiadora Ilanil Coelho escreve sobre a Festa da Polenta que é realizada no bairro e critica esse jargão. (Petry, 2020 p. 25)

Ademais, a historiadora citada no livro de Cristovão Petry, afirma o seguinte sobre o Itinga:

Ora, se geograficamente o bairro é limítrofe à outra cidade e seus moradores provém de outras regiões, por que não designá-lo como bairro que “está onde Joinville começa?” O “estar onde termina”, então, constitui um recurso semântico que o caracteriza como lugar isolado, carente e, numa cidade onde não se quer estar, num

lugar perdido no mapa. Acredito que a designação do jornalista ao bairro se ancora em mapas mentais, os quais dizem respeito ao imaginado por aqueles que pouco nele transitam a não ser em suas idas ao litoral próximo. Como ele mesmo diz, “lá nas paragens onde Joinville termina, onde os viajantes costumam achar que estão fora da cidade, bem lá, está o bairro Itinga”. (Petry, 2020 apud Coelho, 2010, p. 26).

A autora, aborda um outro elemento importante no decorrer de sua tese de doutoramento, que é o abandono do poder público em investimentos de infraestrutura no bairro, se o Itinga tem de forma lenta o seu desenvolvimento, em comparação aos demais, não é por barreiras impostas por seus moradores/as e sim por negligência do próprio estado, através do “resultado das forças econômicas, das variáveis demográficas, dos interesses imobiliários e das percepções do poder público” (Coelho, 2015, p.150). Entretanto, é pela ausência de políticas públicas e elevada carência social, que a solidariedade se fez verbo no Itinga:

Segundo entrevista com a migrante paulista Elvira Lindalva, que na época morava já há 20 anos no bairro, um grande número de famílias carentes que nem sequer possuía água encanada tinha de contar com “creches comunitárias mantidas pelos moradores, abrigo a menores, mantido pela contribuição de todos (Coelho, 2010, p.150).

O espírito solidário é destaque neste bairro/comunidade, muito sob influência da aproximação do Pe. Luiz Facchini. Em entrevista concedida a Cristovão Petry, o pároco diz o seguinte, sobre a ampliação da Paróquia:

Na zona sul, não tinha nenhuma outra paróquia, a não ser a Cristo Ressuscitado [...] que abrangia todo Floresta, o bairro Escolinha, o Itinga e o Profipo[...] nós estendemos a nossa paróquia, com essa proposta de trabalho nas Comunidades Eclesiais de Base. Então, nas Comunidades Eclesiais de Base todos somos iguais, o saber é de todos, o padre não é o monopólio. O povo vai descobrindo que também tem sabedoria, que pode também fazer muita coisa boa. E foi então a partir dessa reflexão que foi se criando a luz do evangelho, que fomos criando os trabalhos pastorais e as associações de moradores. Fazer um trabalho de um sindicalismo mais combatente, mais autônomo, mais autêntico [...] muitas conquistas foram realizadas, houve um crescimento, onde as Comunidades Eclesiais de Base foram construídas, o povo ficou muito mais unido, organizado.

O trabalho da paróquia, através da fundação da Igreja Menino Jesus, no ano de 1978, se funde com a história de criação do bairro que se deu um ano antes, através da Lei nº 1526, de 5 de julho de 1977 e o nascimento da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga - Amorabi, logo na sequência, no ano de 1981. Percebe-se assim, através da datação dos eventos, que tudo ocorreu de forma muito próxima, podendo-se evidenciar uma efervescência no qual favoreceu a organização social do bairro.

Para compreender o papel das moradoras do bairro Itinga, na implementação do Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana, no corpo estatutário da

AMORABI, é necessário pontuar estas influências geradas e os espaços de sociabilidade que esta comunidade estava inserida.

## 2.1 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS CEBs

As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, tem como fundamento a Teologia da Libertação e adequam-se às práticas do povo crente oprimido. Segundo o livro “CEBs - 25 anos de Caminhada na Paróquia Cristo Ressuscitado - Joinville-SC”:

No contexto latino-americano, um não pode ser pensado sem o outro. As comunidades Eclesiais e a Teologia da Libertação são dois momentos de um mesmo processo que parte do povo. As comunidades Eclesiais representam a prática da libertação popular e a Teologia da Libertação, a teoria desta prática (Facchini e Pedrini, 2000, p. 30).

No Brasil, a criação deste movimento deu-se a partir dos anos de 1970, espalhando-se de forma significativa pelos estados brasileiros, assim como já vinha se multiplicando pela América Latina por uma diretriz advinda do Concílio Vaticano II. Os principais aspectos pedagógicos para a atuação desta práxis libertadora estão fundamentados em cinco elementos:

*Solidariedade* - entre as pessoas, na luta, na esperança e na fé, com laços fortes de convivência e caminhada conjunta.

*Democracia* - quem decide é o grupo, a solução é sempre encontrada em comunidade é a devolução aos membros das classes subalternas e seu poder pela democratização dos processos de deliberação, decisão e execução.

*Visão dialética da vida*- todos os fatos, acontecimentos, podem ser vistos pelo menos de duas maneiras: pela do oprimido e pela do opressor.

*Consciência da vida*- como processo histórico e não meramente biológico. Muito auxiliada pela Bíblia onde está explicitamente esta visão histórica da vida.

*Reapropriação do capital simbólico da Fé*- as CEBs descobrindo e recuperando os elementos da fé, capazes de operar uma transformação social, estão buscando resgatar o poder que com o tempo, passou das mãos populares para a burguesia (Facchini e Pedrini, 2000, p. 203).

As comunidades assim são chamadas porque constituem em si um grupo de pessoas, com a mesma fé de natureza religiosa e cristã, na mesma igreja e na mesma região (Facchini; Pedrini, 2000). Elas são de base, porque segundo os autores/as, a sua grande maioria é formada por trabalhadoras/es das classes populares, convivendo-se em um mesmo ambiente no qual residem e se relacionam no cotidiano.

O padre Luiz Facchini<sup>18</sup> destacou-se através de suas homilias, durante as missas realizadas na comunidade Menino Jesus, no Itinga, provocando sempre para prática da Fé, através da transformação social. Um *novo jeito de ser igreja*, pautado pela justiça social,

amor ao próximo e muita união, contribuíram para o surgimento de lideranças comunitárias, comprometidas em unir esforços para suprir as demandas de seu próprio bairro.

## 2.2 SURGIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO ITINGA – AMORABI

Durante o final da década de 1970 e início dos anos 1980, o contexto social e político do país estava sob a influência do processo da abertura política. Devido ao golpe militar que o Brasil sofreu no ano de 1964, o poder se concentrou nas mãos dos militares que instauraram um regime de exceção, reprimindo todos os direitos civis e políticos da população brasileira. Diversos grupos dos movimentos sociais e partidos políticos que se posicionavam contra o regime passaram a ser perseguidos, torturados e ameaçados.

Não distante desta realidade, na cidade de Joinville-SC, o Pe. Luiz Facchini foi um dos alvos da Ditadura Civil Militar brasileira, recebendo diversas ameaças, como consta no Livro Tombo I da Paróquia Cristo Ressuscitado, um documento do Comando de Caça aos Comunistas, com os seguintes dizeres: “deseja ao Pe. Luiz Facchini simpatizante, ativista da canalha comunista que enxovalha nosso país, um péssimo Natal e que se realize no ano de 1979, nosso confronto final” (Facchini; Pedrini, 2000, p. 134). No âmbito da igreja católica, a Teologia da Libertação foi um dos movimentos que permaneceu firme na resistência contra a opressão perpetuada durante os 21 anos da ditadura, sendo, segundo Rosemberg (1984, p. 77), “a única instituição nacional que foi capaz de mobilizar, organizar e dar voz às “classes populares”, mesmo no período mais fechado da ditadura militar”.

Segundo consta, no livro Ata da Associação, a primeira reunião da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga - Amorabi, ocorreu no dia 17 de maio de 1981, elegendo como o seu primeiro presidente o morador Luiz Petrosky, como pode ser observada na figura 03:

**Figura 03** - Termo de abertura da primeira Ata da Associação

Termo de Abertura

O presente livro ata, com cinquenta folhas numeradas de 1 a 50, servirá para lavratura de atas das Assembleias da Associação dos moradores e Amigos do bairro Itinga, também denominado popularmente bairro Pachecoalt e será rubricado pela seguinte rubrica. Joazeiro, 17 de maio de 1981.

Luiz Botelho  
Presidente

**Fonte:** Acervo da Amorabi

Na Revista da Amorabi<sup>12</sup>, edição nº 01, um dos artigos trata da linha do tempo com os fatos que marcam a trajetória do bairro Itinga, sobre a consolidação e motivos da instalação de uma associação é dito o seguinte:

Dentre as dificuldades da época, existia a questão dos loteamentos irregulares. Muitas imobiliárias vendiam lotes sem a devida infraestrutura, aprovado pela Prefeitura. Tinha também a questão do saneamento básico, posto de saúde, escola, falta de pavimentação, poucas linhas de ônibus, posto policial, telefone público, entre outros. A partir de 1984, essa Associação passou a se organizar também na região da Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores e em 1985, assumiu como presidente o senhor Pedro Rocha de Alcantara, morador desta região, trazendo definitivamente a Entidade para esta localidade, pois o bairro era um só (Associação, 2014).

As condições de vida das moradoras/es eram precárias, as infraestruturas básicas não chegavam na periferia da cidade. O bairro Itinga encontra-se entre os cinco maiores bairros de Joinville em extensão territorial da zona urbana de Joinville, com 7,73Km<sup>2</sup>. Segundo dados apresentados no relatório de atividades da Associação no ano de 1.999, a população total de moradores do bairro Itinga estimava-se em 13.447 habitantes, sendo que ano de 1995, registrou-se uma população de 2.549, os dados deste período revelam a mais alta taxa de crescimento populacional na cidade de Joinville com um indicador de 14,83% ano.

<sup>12</sup> A primeira edição Revista da Amorabi foi publicada, no ano de 2014. Através do projeto: Ponto de Cultura – O Itinga Pede Passagem, financiado pelo Ministério da Cultura, através do programa Cultura Viva. Outras duas edições da revista, foram publicadas nos anos de 2016 e 2018. As 03 edições impressas, trazem artigos sobre cultura, pesquisa histórica sobre a comunidade, fotografias de espetáculos, cursos e entre outros temas.

O crescimento populacional do bairro ocorreu de forma muito desordenada, não sendo acompanhado dos serviços públicos necessários para atender as demandas emergentes de saneamento básico, educação, segurança, saúde e trabalho. Impulsionados pelas carências sociais existentes na região do bairro Itinga surge a Associação de Moradores, que nos primeiros anos de atuação, abrangia também a região do bairro Escolinha, conhecido atualmente como Boemewadth, mas no ano de 1989 com a mudança dos perímetros urbanos do bairro, a Associação de Moradores do Bairro Itinga passa a ter suas reuniões nas proximidades da E.M Professora Lacy Luiza da Cruz Flores, com o presidente Pedro Rocha.

A atual sede da associação, está situada na Rua dos Esportistas, 510 - Bairro Itinga, a uns 5km de distância da sua segunda sede, entretanto a conquista deste espaço foi fruto de muita luta, união e mobilização das moradoras/es, estando entre as instituições deste modelo mais antigas do município e tendo como principal marca o seu caráter reivindicatório, perante o poder público.

Como mencionado acima, as reuniões da entidade passaram por outros locais, cedidos, como a garagem da família Tomelin, próximo a Escola Lacy Flores, mas é importante ressaltar, que estes mesmos moradores em sua maioria, estavam ativamente participando da Comunidade Eclesial de Base- Menino Jesus, no envolvimento com as Pastorais Sociais, entre outros espaços de encontro e lazer.

O historiador Petry, sobre o a importância do ser e estar em comunidade, aponta o seguinte:

A vivência comunitária está ligada ao sentido de pertencimento que a pessoa elabora sobre determinada coletividade. É a identidade individual que encontra ressonâncias em outras pessoas e dá força para o viver em comunidade. No caso do Itinga, especificamente estamos falando da comunidade formada por pessoas de uma determinada região da cidade de Joinville, onde juntamos as famílias mais tradicionais com os moradores de diversas regiões do Brasil que escolheram este bairro para praticar uma vida comunitária (Petry, 2020, p. 41).

O fato de se viver em comunidade, demonstra que não basta se preocupar apenas com os aspectos individuais que circundam sua vida, é necessário refletir sobre o outro e a partir das suas próprias necessidades estabelecendo os limites do que pode ser ofertado para a coletividade.

Em um bairro, que falta um pouco de tudo, a doação do *tempo* é algo valioso para a construção do movimento popular, as/os moradoras/es à medida que a associação se amplia, vão se doando através do lema “amor e ação”, palavras estas encontradas em materiais impressos no acervo da entidade. Nem todas as demandas vão sendo solucionadas à medida

que os anos vão passando, mas novas urgências surgem.

A pauta da educação, que foi motivo de organização das *formiguinhas* para conquistar uma nova sede para Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores, retornou na década de 1990, como um dos principais desafios, enfrentado pela comunidade. A ausência de uma creche infantil, ocasionava um elevado número de crianças pequenas ociosas e sem um lugar seguro de aprendizagem para serem acolhidas.

A pesquisadora Rôsanía Campos (2001), em sua dissertação de mestrado no qual analisa o papel das professoras leigas na educação infantil no município de Joinville, evoca o relato de uma professora moradora do Itinga, dizendo o seguinte:

A vovó Juliana, era uma pessoa que estava empenhada pela luta dos CERIs [Centro de Educação e Recreação Infantil], pra prefeitura construísse um CERI, mas como se viu na época a Associação abrangia o Escolinha todo, nossa Associação era toda a região do Escolinha- questão daí que nós conseguimos um CERI, a Associação dos moradores, mas daí foi teve que definir, posto de saúde e creche. Daí o CERI, foi lá para o Escolinha, o Eliane Kruger né. Daí como ela viu que, não vinha para cá, ela doou a casa dela [...] pra associação, com escritura tudo certinho [...] no começo era: tu levas o pão, tu o feijão, tu o leite, e assim a gente partilhava e assim a gente começou (Campos, 2001, p.56).

O importante deste relato é poder observar, que mesmo cobrando da prefeitura, algumas demandas eram atendidas, porém colocando numa situação difícil de decidir, ou posto de saúde ou educação. O bairro Escolinha do qual ela menciona, refere-se ao que hoje é conhecido por Boehmerwald e já é desmembrado do Itinga. A prefeitura se referia a creche, naquele período como CERI - Centro de Educação e Recreação Infantil. Embora a Associação tenha conquistado uma creche para a região, neste período, não deixou de lutar para a construção de um CEI público no bairro, pois a demanda era muito grande.

A partir da negativa do poder público de que o CERI não viria para a comunidade, o ímpeto da professora aposentada Juliana de Carvalho Vieira, de 78 anos foi doar a sua própria casa. A professora vinha passando por problemas de saúde e concomitante a sua decisão, ela foi morar com sua filha mais nova, para a capital do estado do Paraná, em Curitiba. Entretanto, apenas o fato de ter um “abrigo” que pudesse ser organizada uma creche comunitária, não era o suficiente, para contemplar as disposições legais, exigidas pela Secretária de Educação do município, uma série de trâmites burocráticos necessitavam ser solucionados, antes de abrir as portas da sala da casa da Vovó Juliana, no qual abordarei de maneira mais detalhada no segundo capítulo.

Necessário, de momento, suscitar que foi a partir deste movimento de necessidade

pela existência de uma creche no Itinga, que as mulheres do bairro assumiram o papel de liderança e protagonismo, no corpo da Associação de Moradores, mas as mulheres não estavam presentes desde o surgimento? Sim, estavam, na própria Ata de Fundação da entidade, entre os nomes fundadores estavam presentes as moradoras Marlene Santos Rodrigues e Alzira de Oliveira, atuando de maneira ativa nos processos de mobilização popular do bairro, porém não em maioria em relação a quantidade de homens registrados em Ata e muito longe, naquele momento, de ocupar os cargos de presidentes <sup>13</sup>da Associação.

Ressalto que o objetivo desta análise não é expor uma “guerra dos sexos” como aponta Scott (1989), mas sim destacar a virada de chave que ocorreu a partir deste período. Os espaços de poder e decisão eram predominantes masculinos. O protagonismo das mulheres e autonomia se deu a partir da necessidade de se efetuar uma alteração no estatuto da entidade, para adicionar como um dos novos departamentos a Educação, provocada pela ação da professora Juliana. Diante deste fato, a filha mais velha de Juliana, Dona Julie, se movimentou para buscar o apoio da Amorabi, indo ao encontro primeiramente com Irene Petry. Sobre o encontro Irene diz o seguinte

Eu na verdade, participava da comunidade Menino Jesus, não tinha participação na Associação de Moradores. Quem participava era o Renato, **meu marido**, ele sempre tinha uma participação ativa na Amorabi. Mas, a Dona Julie, que é a filha da Vovó Juliana, a partir do momento que vovó Juliana doou a casa para Associação de Moradores, com a finalidade de construir uma creche, e a coisa não ia , porque, precisava de pessoas que puxem, né. Era um trabalho tudo voluntário e a dona Julie, afundou o caminho para vir aqui e eu tinha os filhos pequenos, o Alberi tinha 09 meses (Tomelin, 2023, p. 01).

Como salienta a moradora Irene, ela, assim como outras mulheres estavam engajadas em outras ações sociais na comunidade, mas não deixando de ter uma ligação com Associação, pois como visto acima, o trabalho da Comunidade Eclesial de Base da Menino Jesus, foi fundamental para propiciar a união para surgir a Associação de Moradores. Os terrenos férteis das reflexões oriundas da Teologia da Libertação estavam em circulação no território do Itinga, e bem como em outros contextos e localidades do Brasil. Mas foi a necessidade e oportunidade provocada por uma moradora, que estimulou

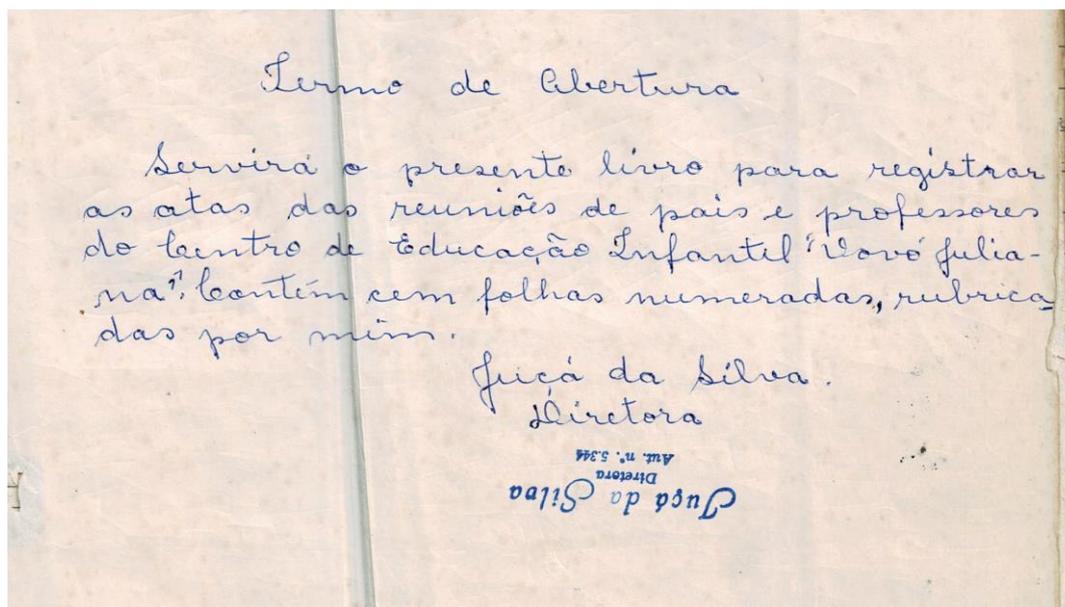
---

<sup>13</sup> A primeira mulher eleita como presidente da Associação, foi Iracilde Peixe Cordeiro, dezoito anos após a primeira eleição de diretoria da entidade. Nesta mesma gestão, além de Iracilde, as moradoras: Sônia Maria Machado (primeira secretária), Maria Cristina Agustin (segunda secretária), Janice W. Prawuske (primeira tesoureira), Marina Tromm (segunda membra do conselho fiscal) e Terezinha Eller Michels (quarta membra do conselho fiscal), são as mulheres que assumem os cargos da nominata, na data de 09/12/1999 ao lado da primeira mulher presidenta.

o encontro e o convite para aproximação de novas mulheres para o centro da Associação.

E são estas moradoras, que no ano de 1992, realizam a primeira reunião para inaugurar a consolidação do Centro de Educação Infantil Vovó Juliana, como um projeto político pedagógico da Amorabi.

**Figura 04** - Termo de Abertura da Ata do CEI Vovó Juliana



Fonte: Acervo Amorabi

Na análise dos documentos presentes no Acervo da Amorabi, considera-se este documento acima como um dos principais para fins desta pesquisa, de capa dura na cor preta, com sua estrutura um pouco frágil, na primeira página encontra-se o termo de abertura (figura 02) e na sequência o teor da reunião, com destaque para o seguinte trecho:

Aos três dias do mês de maio, reuniram-se nas dependências do Centro de Educação Infantil "Vovó Juliana", pais e educadores das crianças deste estabelecimento para tratar de assuntos pertinentes ao funcionamento e organização didática desta entidade. Dando início falou a educadora Juçá da Silva sobre a criação desta creche contando sua história frisando que ela agora passa a ser administrada pela Associação de Moradores e Amigos do Bairro Itinga, que é proprietária do prédio. Salientou o interesse e boa vontade de um pequeno grupo na reforma, organização e limpeza do prédio para o início das atividades previstas. Informou também que a equipe que iria trabalhar submeteu-se a um treinamento intensivo e um estágio em um Centro de Educação e Recreação Infantil da Prefeitura Municipal de Joinville, outrossim o cardápio foi fornecido por uma nutricionista. A educadora Irene Petry Tomelin passou informes sobre os horários de refeições (Associação, 1993).

O CEI Vovó Juliana iniciou suas atividades um ano após a doação da casa da professora aposentada Juliana de Carvalho Vieira, ocorrida em 1991, tendo a Associação

como mantenedora do espaço. Sobre os desafios enfrentados para a realização desta grande conquista, o Relatório de Atividades do ano de 1992, aborda as seguintes reflexões:

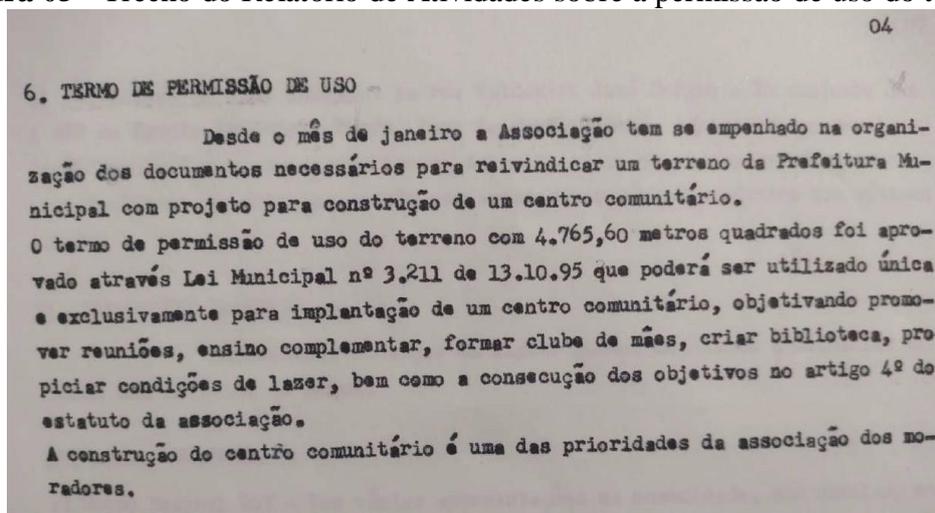
Neste ano, que iniciamos as atividades como mantenedora do Centro de Educação Infantil Vovó Juliana, enfrentamos muitas dificuldades. Envolvidos com a administração e manutenção de nossa creche, ou então, desenvolvendo outras atividades econômicas, para suprirmos as necessidades básicas, neste tempo de dificuldades, o tempo é pouco, para a dedicação às lutas da Associação dos Moradores, mesmo assim, procuramos desenvolver algumas ações, em apoio à comunidade. As **estruturas do erro desmoronam** quando as pessoas de bem arregaçam as mangas, mesmo que temos que enfrentar todos os desafios dos tempos que estamos vivendo, devemos ir em frente, suplicando luz e força para caminhar na direção certa (Associação, 1993).

A persistência dos/as moradores/as é algo que atravessa as documentações analisadas, um aglutinado de pessoas trabalhadoras que dividem seu tempo, com sua carga horária de trabalho muitas vezes pesada. A maioria dos primeiros sócios/as que constituem a diretoria da Associação são trabalhadores/as, ocupando cargos como: Pedreiro, Servente de Obras, Pintor, Empregada Doméstica, Eletricista, Do Lar<sup>14</sup>, Mecânico, Operador de Máquina entre outros. A frase final “suplicando luz e força para caminhar na direção certa”, nos dá a entender o tamanho da responsabilidade em contraponto com a consciência de classe presente no corpo do movimento da Amorabi. Não há outro caminho a não ser “arregaçar as mangas” e enfrentar as estruturas da opressão do povo periférico.

As reuniões da Associação tornam-se a se realizar de forma definitiva na nova sede da Rua Cineastas Leon Zimmermann, nº 79 Itinga no ano de 1992, contudo o *formigueiro* começou a encher - tal qual a metáfora de construção da E.M Lacy Flores - e o espaço da casa de 110m<sup>2</sup> foi ficando pequeno, defronte à demanda que foi se expondo. Em virtude disto, as lideranças da Amorabi e comunidade em geral, engajaram-se na mobilização de buscar um novo local para a continuidade das atividades que já vinham sendo realizadas e para ampliação de novas ações. No ano de 1995, a Associação reivindicou junto a prefeitura Municipal a permissão de uso um terreno, localizado à Rua dos Esportistas, 510, para a construção do futuro centro comunitário, como consta no relatório de atividade do ano de 1996:

---

<sup>14</sup> A profissão do “Do Lar” é uma tarefa atribuída aos cuidados das tarefas domésticas e cuidados de filhos/as, embora ser assinalada como uma profissão, ela é majoritariamente operada por mulheres, no qual não recebem nenhum tipo de remuneração pela realização deste trabalho.

**Figura 05** - Trecho do Relatório de Atividades sobre a permissão de uso do terreno

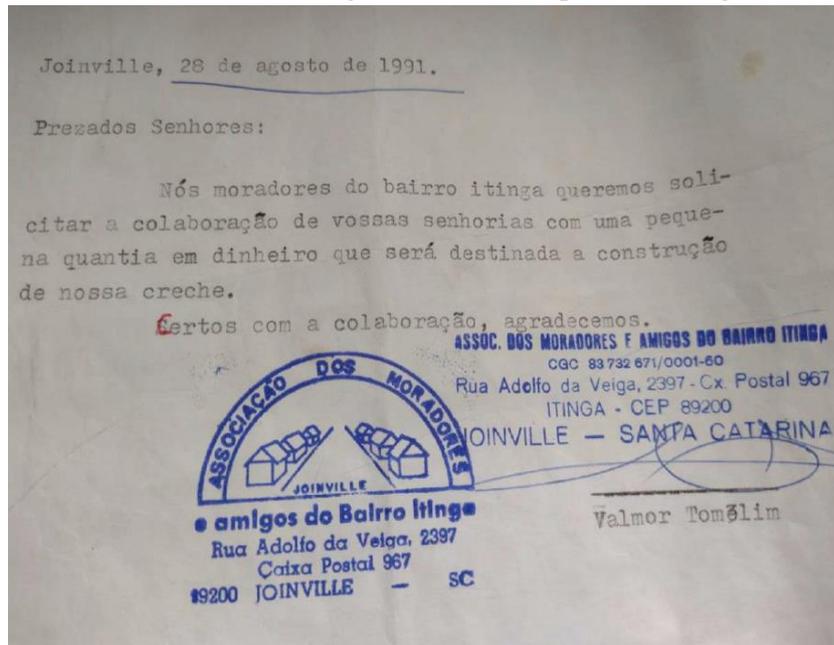
**Fonte:** Acervo Amorabi

A Prefeitura Municipal atendeu à solicitação da Associação, realizando obras parciais de aterro e tubulação no terreno, possibilitando que a construção fosse iniciada. Nos relatórios de atividades constam as parcerias e pedidos de convênio junto ao município, para viabilizar o início das obras, através do trabalho voluntário na elaboração do projeto arquitetônico do engenheiro Vilson Klein<sup>15</sup>. Conquistou-se no mesmo ano de 1996 um convênio de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) com a Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família, garantindo assim a infraestrutura básica, como os fundamentos do solo, paredes e laje.

Os trabalhos de construção do Centro Comunitário, iniciaram-se de fato no ano de 1997, e a comunidade participou ativamente de todo o processo, através de mutirões, campanhas e promoções. Nas pastas de prestações de contas dos anos de 1994 a 1999, analisadas no Acervo da Amorabi, foram encontradas inúmeras folhas de rifas, tendo prêmios como: toalha bordada e pulseira de ouro. Também foram encontrados convites, com vendas antecipadas de cartelas de bingo, realizado no salão comunitário da Igreja Menino Jesus, organização de Baile da Primavera entre muitas outras atividades. Mas sempre com um objetivo muito sucinto: “angariar fundos para a construção da creche”, como consta nas figuras abaixo:

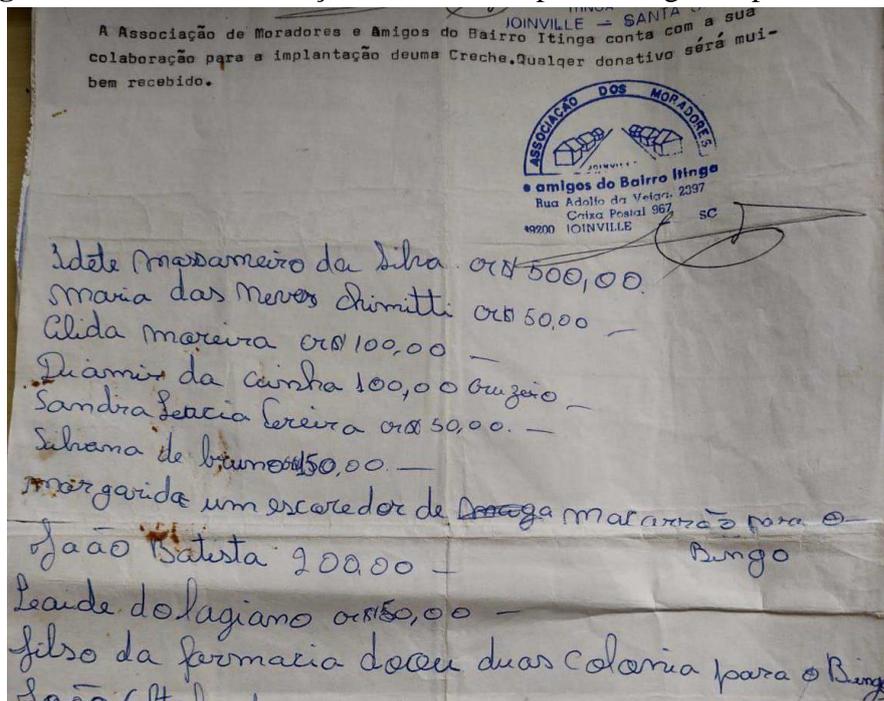
<sup>15</sup> Vilson, morador do bairro Itinga.

**Figura 06-** Pedido de colaboração em dinheiro para construção da creche



Fonte: Acervo Amorabi

**Figura 07 -** Pedido de doação de donativos para o bingo em prol da creche



Fonte: Acervo Amorabi

Mesmo com o forte envolvimento das/os moradoras/es para conseguir os recursos financeiros, o montante arrecadado não foi suficiente e no mês de outubro de 1996 as obras precisaram ser paralisadas. Retornando no ano de 1998, através da aquisição de uma nova dotação orçamentária de R\$ 25.001,95, junto a prefeitura municipal, através da Secretária

de Bem-Estar Social. Com a soma destes recursos e mais a colaboração de empresas do bairro e de outras instituições, a finalização interna da obra (1º piso) foi concluída, porém o acabamento externo ficou para os anos seguintes.

Destaca-se que o apoio financeiro do poder público se deu mediante à inúmeras reuniões na prefeitura, solicitações junto da Câmara de Vereadores de Joinville entre outras ações. A mobilização da comunidade foi primordial para que estes apoios se concretizassem e o Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana, fosse inaugurado em 1999. Porém, após a celebração no mês de maio do mesmo ano, a Amorabi enviou um ofício para a Prefeitura Municipal de Joinville, em nome do presidente Marino Michels, pedindo retratação devido a uma reportagem que saiu na imprensa sobre a construção do Centro Comunitário:

[..] Ao longo dos 18 anos de fundação já obtive muitas conquistas, resultado de muita luta e dedicação dos associados e comunidade em geral. Uma de nossas realizações é a construção do centro comunitário do Itinga (1º piso), um espaço de encontros onde se realizam os projetos da Associação desenvolvidos através de seus Departamentos. O resultado desta construção foi a parceria com o Governo do Estado (15.000,00), Prefeitura Municipal de Joinville (R\$25.001,95), Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga (R\$ 21.651,13) e doações diversas de empresas e comunidade (mutirões, eventos etc.) Infelizmente a comunidade joinvilense está sendo informada como sendo uma obra da prefeitura (ANotícia 13/03/99) e ainda o apoio social com mais uma ação da prefeitura que não é verdade (ANotícia 24/04/99). Estamos sendo bastante prejudicados com estas informações pois sempre contamos com apoio de todos e quando relatamos nossas dificuldades nos questionam sobre o destino das verbas recebidas, apesar da declaração feita pelo Secretário do Bem-Estar Social Sr. Osmarí Fritz. Solicitamos que retifiquem as informações através do Jornal A Notícia **como trabalho de parceria** com a Associação dos Moradores. A partir desta data quando houver necessidade de divulgação do Centro Comunitário do Itinga seja aprovado pela diretoria antes da publicação. Certos do atendimento a nossa solicitação, antecipamos nossos sinceros agradecimentos [...] (Associação, 1999)

Teria a prefeitura de forma intencional, tentado ser “apropriar” do resultado das obras? Se sim, a diretoria da Associação reivindicou seu lugar e seu protagonismo. A Amorabi tem consciência do seu papel, não sendo uma entidade assistencialista ou deixando com que cooptem suas ações, mediante a interesse ou negociações políticas, como está expresso em um dos seus relatórios de atividades: “uma associação não se faz se não tiver firmemente enraizada em sua comunidade, se não contar com o apoio de todos para os empreendimentos que procura realizar. A história da Associação cresce junto com a comunidade do Itinga; é uma história que se tece no cotidiano”. Assim, nasce a Amorabi, com raízes nos corações, mãos e pés das pessoas que no bairro se encontram, se reconhecem e lutam!

### **3 MEMÓRIA DAS MULHERES DO ITINGA: CONSTRUINDO UMA INFÂNCIA CIDADÃ NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VOVÓ JULIANA**

[...]já eu levava minha filha junto comigo e ficava cuidando das crianças lá, daí entrei no maternal primeiro fiquei lá como aprendiz assim comecei a trabalhar como auxiliar, depois fui concluir meus estudos ainda né porque eu não tinha nem magistério quando entrei ali, só tinha o segundo grau normal naquela época, daí precisava do magistério, daí eu fui fazer o magistério aí para ser professora. Aí depois no outro ano já fui fazer faculdade, fazer pedagogia, para se formar como pedagoga também e daí em diante só foi né [risos] (Prawurzke, 2022)

A partir de memórias femininas, vou traçar alguns marcadores para compreender a luta travada na efetivação do Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana, sob o olhar das mulheres moradoras do bairro. Segundo Dona Julie, “as necessidades fazem a união do povo” (Vieira, 2021, p.01) e partindo dos seus relatos e das subjetividades que os mesmos compõem avançaremos neste trabalho, tendo como ponto de partida, alguns questionamentos: Quem foi Vovó Juliana? Por que não tinha CEI no Itinga? A Associação de Moradores que criou o CEI? Quem foram as primeiras professoras? Todo mundo era voluntária/o? Quais os principais desafios para sustentar uma creche?

Como explicitado na introdução deste trabalho, foram escolhidas quatro mulheres moradoras da comunidade do Itinga, trazendo à tona suas lembranças e memórias. A primeira entrevistada foi Julie Vieira, 81 anos de idade, viúva e mãe de três filhos/as., a segunda entrevistada foi Irene Petry Tomelin, 61 anos, casada e mãe de dois filhos, a terceira entrevistada, Sônia Maria Machado, 61 anos, casada e mãe de dois filhos/as e a última entrevistada foi Janice W. Prawuske, 58 anos e mãe de uma filha. Apenas Janice reside atualmente no bairro Itinga, Julie e Sônia moram em outros bairros de Joinville-SC e Irene divide o seu local de moradia entre o Itinga e o município vizinho. Todas as entrevistas ocorreram de forma presencial, na residência delas. O frio na barriga tomou conta da autora deste trabalho, não por insegurança ou medo em conduzir as entrevistas, mas pelo fato de lidar com a emoção e o privilégio de estar com mulheres que foram também suas professoras e fazem parte da sua construção enquanto mulher e moradora do Itinga. A historiadora Silvia Salvatici, compartilha uma citação em seu artigo de Sherna Berger Gluck, no qual traduz esse sentimento:

A história oral de mulheres é um encontro feminista, mesmo se a entrevistada não for ela própria feminista. É a criação de um novo tipo de material sobre mulheres e a validação de experiências femininas; é a descoberta de nossas próprias raízes e o desenvolvimento de uma continuidade que nos tem sido negada nos relatos históricos tradicionais ( Gluck 1991, apud, Salvatici, 2015, p. 31).

Mesmo diante de várias documentações guardadas no Acervo da Amorabi, produzidas durante estes anos de existência da Associação, o material gerado a partir da história oral vem ocupar um lugar necessário e urgente nesta “colcha de retalhos”, como define o historiador Alessandro Portelli (1997, p. 16) ao falar sobre as realidades e subjetividades que a oralidade apresenta. Ademais, privilegiar as memórias femininas é conceber suas experiências e trazer suas narrativas para as análises da pesquisa, já que toda entrevista possui um significado social (Meihy, 2007), no nosso caso esses significados sociais abrangem o protagonismo de mulheres no território do bairro Itinga. Essa memória pode agora conceber outras culturas. A memória é um elemento fundamental de análise, pois ela faz ver o tempo, e tempo e passado são disputados. Privilegiar essas memórias é escavar e tirar a terra de cima de tantas memórias que dizem sobre a cultura da cidade:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. (Pollak, 1989, p.2)

Além desta discussão de história/memória, esta pesquisa recorre ao trabalho da doutora em educação, Rosânia Campos (2001), intitulado “ Entre Lutas e Sonhos – as professoras leigas na educação infantil” no qual além de fazer uma panorama sobre as reformas governamentais destinadas à área da educação no nível federal e municipal, também tem um capítulo dedicado a análise das creches comunitárias, na cidade de Joinville-SC: “diferentes bairros, diferentes trajetórias, semelhantes lutas”, contextualizando quais eram os outros espaços de educação infantil em exercício, bem como as estratégias do poder público municipal em “ driblar” o elevado índice de procura por vagas nas creches. Tal índice foi provocado pelo intenso fluxo migratório e expansão industrial de Joinville, na década de 1970, que resultou em um rápido crescimento populacional de forma totalmente desordenada (Campos, 2001). A educação, assim como outras necessidades básicas (habitação/saúde), precisou ser planejada e colocado em prática projetos que atendessem de fato a população, além das necessidades e direitos das crianças abaixo de 06 anos, atender, as necessidades das mulheres, que estavam saindo para o mercado de trabalho, também estavam sendo pautado. Para isso, uma das soluções encontradas foi a criação de um projeto, focado para filhos de trabalhadores e apoiado pelo empresariado local.

Surgia assim, em 1974, o programa CERI – Centro de Educação e Recreação Infantil, destinado ao atendimento de crianças de 0 a 12 anos. As crianças maiores de 07 anos, os chamados “escolares”, frequentariam as instituições em período contrário aquele que iam à escola, enquanto os “pequenos” ficariam em tempo integral (Campos, 2001, p. 37).

O programa vinculado a Secretária de Bem-estar Social da prefeitura passou por diversas fases e foi se expandindo no decorrer dos anos. Na década de 1980 somava-se a criação de 13 novas unidades, acompanhada “de um novo modelo influenciado pelos preceitos neoliberais, materializados nos governos Reagan nos Estados Unidos e Thatcher, na Inglaterra” (Campos, 2001, p. 138). Entretanto, mesmo com a expansão de diversos CERI pelos bairros de Joinville, a comunidade do Itinga ficou à mercê. Assim, a professora Julie Vieira conta:

[...]então estava todo mundo preocupado em arrumar a rua, porque era barro molhado, água, precisava avaliar uma série de cuidados que tem que ser, mas eu disse assim, primeiro vamos cuidar da escola, a escola tinha uma, duas salas, 1ª a 4ª série era escolinha, não sei se já demoliram aquele prédio antigo ou ainda existe. Aí no tempo parece que era o Fritaig o prefeito, **primeiro tem que cuidar da escola gente**, muitas crianças sem aula, tudo [pausa] daí o pessoal, então tá bom, vamos pedir primeiro a escola e de meio assim já começaram a pedir creche, **só que essa creche saiu, só que lá no Escolinha**, não tem o que fazer, em vez de fazer facilitar para nós [tom de indignação], pois ali **não adiantava para nada**. A escola até que fizeram, fizeram sala de aula na Lacy Luiza da Cruz Flores, pois tiveram que fazer, pois escola é prioridade né. Aí fizeram a creche lá no Escolinha. (Vieira, 2021)

O tom de indignação na fala da Dona Julie, ao se recordar da ida do CERI para o bairro Escolinha, evidencia a ineficiência da prefeitura em realmente dar conta das demandas. Mesmo com o projeto se ampliando, o fato de não ir para o Itinga de nada adiantava, embora que a demanda da Escola Municipal Lacy Flores tivesse sido atendida. O problema era crescente, pois muitas mulheres queriam acessar o mercado de trabalho, mas não tinham com quem deixar seus filhos, sobre esse ponto Irene Petry Tomelin afirma:

não tinha nada, nada, as mães que precisavam trabalhar fora, ou deixava com irmãos maiores em casa ou sozinhos ou com vizinho né ou não trabalhava, então quando a gente começou com o CEI, a gente tem relato de muitas mulheres que disseram que elas tiveram a possibilidade de poder voltar a estudar, trabalhar, enquanto não tinha, não dava né [pausa] era bem diferente da realidade que é hoje. Hoje a gente percebe, hoje é garantido por lei, que a criança tenha direito pelo menos meio período na educação infantil né, e na época também havia uma legislação, **mas levar aonde não chegava aqui para o Itinga**. (Tomelin, 2023)

Mesmo que de forma não organizada, as mulheres do bairro Itinga estavam em sintonia com centenas de mulheres/mães, que buscavam sua autonomia e o seu direito de poder ir trabalhar fora de casa, mas com a garantia de que seus filhos/as estivessem em um espaço seguro. Uma das principais interlocutoras no campo da infância e feminismo, a professora e

militante Fúlvia Rosenberg, aborda em um dos seus trabalhos que no Brasil as creches tiveram seu “o ciclo de expansão a partir da segunda metade da década de 1970, para sua emergência muito contribuiu a participação dos movimentos de mulheres”. (Rosenberg, 1984, p. 75). Mesmo com programas e políticas voltadas para a expansão de creches, continuava sendo um sistema deficitário que se relaciona com o próprio “aguçamento da crise econômica nos países de capitalismo avançado”( Rosenberg,1984, p.76) no qual acabavam por “cercear a redução de créditos dos programas sociais” ( Rosenberg,1984, p.76), ocasionando assim a retração do mercado de trabalho e desemprego, afetando principalmente as mulheres. Por este e dentre outros motivos que os movimentos feministas articulado pautou o direito à creche como primordial tanto para as crianças abaixo de 6 anos de idade, bem como um direito das mulheres/mães. É consenso entre diversas autoras (Teles 2015; Campos, 2001; Rosenberg, 1980;) que o ano de 1979, é um marco do início do movimento unificado da “Luta por Creches” a partir da resolução do Primeiro Congresso da Mulher Paulista<sup>16</sup>, como bem destaca Rosenberg:

De início são movimentos isolados. Mais tarde é organizado na cidade um movimento unitário: o Movimento de Luta por Creches. Este movimento conseguiu integrar feministas de diversas tendências, grupos de mulheres associados ou não a igreja católica, aos diversos partidos políticos (legais ou clandestinos) e grupos independente. E mais: conseguiu integrar grupos dispersos de moradores, que reivindicavam por creches isoladamente em seus bairros (Rosenberg, 1984, p. 77).

Embora a experiência do movimento de criação da creche no bairro Itinga não estivesse alinhada por tendências feministas, é importante referenciar esses aspectos nacionais, para que compreendamos as múltiplas diferenças e proximidades em torno de uma mesma pauta. Levando em consideração o contexto sócio-histórico no qual eclodem os movimentos populares, bem como as razões das quais o movimento feminista abraçou essas lutas, na segunda metade do século XX. A pesquisadora e militante Amelinha Teles, afirma que “a creche conseguiu unificar o próprio movimento feminista em suas diversas correntes político-ideológicas. E assim levou o feminismo para o campo popular” (Teles, 2015, p. 27). Tanto o movimento de luta por creche, como outras lutas urbanas, estava conectado pelo anseio da busca por direitos sociais que haviam sido “ceifados” no período ditatorial.

O impacto destes encontros, trouxeram-se vitórias e avanços importantes, como a publicação dos artigos 07 e 208 que versam sobre os direitos das crianças e das/os

---

<sup>16</sup> O congresso ocorreu entre os dias 03 e 04 de março de 1979, cidade de São Paulo-SP, sendo um importante marco na organização do movimento de mulheres, no Brasil.

trabalhadoras/es na Constituição de 1988, a publicação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. Em territórios distintos e dispersos essas lutas se organizaram entrando em cena novos personagens, ampliando suas experiências e compartilhando suas conquistas, no cenário de redemocratização política.

### 3.1 O ENCONTRO: VAMOS JUNTAS?

Como já apresentado no decorrer deste trabalho, o Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana surge atrelado a Associação de Moradores do Bairro, com intuito de suprimir a ausência de uma creche no bairro. O primeiro passo desta trajetória foi dado pelo ímpeto e decisão da professora aposentada Juliana de Carvalho Vieira em doar a sua casa, em virtude da ausência de um CERI na região e da sua preocupação muito grande com as crianças que ficavam nas ruas do bairro. A sua filha, Dona Julie, uma das primeiras entrevistadas para esta pesquisa, conta que o fato de a mãe estar aposentada e sua irmã mais nova morar em Curitiba/PR, com criança pequena e fazendo curso, fez com que a professora Juliana se mudasse do Itinga, para residir com a filha. A casa ficou fechada por um tempo, até que em determinada ocasião a sua mãe teria dito que “podia doar essa minha casa para fazer uma creche” (Vieira, 2021, p.02), em um primeiro momento ela cogitou em doar para a igreja, mas uma das irmãs da professora Juliana teria feito a seguinte reflexão: “Júlia não dá para a igreja, porque o Bispo chega lá já vende e dinheiro fica para a igreja e o pessoal já vendem a casa [...] e o pessoal da localidade acaba que ninguém ganha nada” (Vieira 2021, p. 02) e foi então que Dona Julie decide procurar Irene, para falar sobre a decisão de sua mãe e compartilhar a possibilidade de formar uma creche no bairro:

Eu sempre tive muita amizade com a Irene, dava aula, e em vez de ficar em casa eu ia lá, incomodar ela na casa dela [risos], conversar, a gente teve muita afinidade. Só que 20 anos de diferença, mas nós somos quase do mesmo dia, ela parece que é dia 11 de janeiro e eu sou dia 16, então não sei dizer, por causa disso a gente tem muita afinidade né, sempre tive. Aí, falavam, falavam dessa creche, a Irene sabe, quando se fala muito numa coisa, é aquela história, muito a mentira se torna verdade de tanto que ela repetida. Mas você fala muito numa coisa a pessoa fica estimulada também, daí ela ficou animada também [...] (Vieira, 2021).

O encontro de Julie e Irene é um dos primeiros fios que conecta essa teia de relações que oferece vasão a esse movimento. A professora Janice, em sua entrevista também menciona a Dona Julie, como o primeiro contato que intermediou sua ligação com o CEI Vovó Juliana.

Recém-chegada no bairro com seu marido, ela não conhecia ninguém para “os lados de cá” do Itinga, pois sua família se concentrava nas proximidades do bairro Boa Vista, que em termos geográficos é um bairro distante, levando-se em consideração de que na década de 1990 as possibilidades de deslocamento eram precárias. Desse modo, ela relata que estava em um bairro totalmente diferente e sem nenhum familiar próximo. Assim, por ser católica, ela foi procurar a igreja onde conheceu a Dona Julie, como ela mesmo conta:

não conhecia ninguém aqui no bairro, cheguei aqui só conhecia dona Julie, eu acho que foi por causa do grupo de círculo bíblico, alguma coisa assim. E ela me convidou para trabalhar na Pastoral da Criança, aí eu fui trabalhar, fui na Vovó Juliana e a Irene me conheceu lá e me convidou para trabalhar lá. Aí um dia a Irene chegou aqui em casa “Janice Vamos trabalhar lá na Vovó Juliana?” daí eu disse “quando? “amanhã já” ,daí eu disse” meu Deus, como?” a minha filha o que vou fazer, “traz junto” ela disse (Prawurzke, 2022).

O trabalho das Pastorais Sociais e dos encontros dos círculos bíblicos de reflexão, foram uma prática importantíssima para os espaços de socialização dos/as moradores/as do Itinga. Através deles que o encontro também se perpetuava, como descreveu a professora Janice W. Prawurzke.

A partir dos encontros, percebe-se que o processo de construção da creche iniciou-se, primeiramente, pelo diálogo entre as mulheres. A necessidade já estava exposta e precisava-se agir. No encontro com a Irene, Dona Julie conta que encontraram na Associação de Moradores a saída para resolver os entraves burocráticos que envolviam abrir uma creche dentro das legalidades que a Secretária de Educação do município exigia, uma das responsáveis por esse setor na prefeitura teria afirmado o seguinte a Dona Julie, quando ela procurou orientação sobre como abrir uma creche: “é só fazer um estatuto diferente né, fazer diferente que tenha departamento de educação, de cultura, departamento de esportes e tal tal, e orientou, pegou deu tudo os livros lá” (Vieira, 2021, p.03). O tempo de atuação da Amorabi (fundada em 1981), já ultrapassava os dois anos de atividades comprovação exigida, facilitando a abertura da creche, pois não seria necessário realizar a abertura de um novo CNJP e, assim, mais rápido para se pleitear o apoio de recursos financeiros junto a secretária responsável. Diante deste cenário, que inicia a batalha documental para criar o Departamento de Educação, tornando a Associação de Moradores do Bairro capacitada para gerir o espaço da creche comunitária.

A pesquisadora Rosânia Campos (2001) aborda alguns elementos em sua dissertação que são importantes destacar neste trabalho e que são justamente as práticas adotadas pelo município de Joinville em dar conta da disponibilização de vagas para educação infantil. Além

da expansão dos CERI – Centro de Educação e Recreação Infantil, que teve sua última unidade inaugurada no ano de 1992, criou-se um projeto pelo poder público denominado “Projeto Acalanto”, como descreve Campos:

Em linhas gerais esse projeto é simples: as associações de moradores organizam suas creches em seus bairros, em locais cedidos pela própria comunidade, com mão de obra voluntária e recebe uma verba federal, mensal, após o cadastro na secretaria de Bem-Estar Social. A possibilidade de acesso a essa verba foi uma das condicionantes deste projeto. O projeto Acalanto muito divulgado pela atual administração e apresentado como uma *franchise* do CERI, resultou em 03 centros de educação infantil e na incorporação de outros 02 centros, que já desenvolviam atividades vinculadas as associações de moradores. A parceria com a Prefeitura restringe-se à mediação para obtenção da verba, uma vez que as creches comunitárias não se beneficiam desse assessoramento pedagógico sistemático, nem de cursos de formação e/ ou capacitação para as professoras leigas ou voluntárias, que ali trabalham. Sobrevivem, basicamente, com ajuda da comunidade, pois, a verba federal além de ser restrita (em média R\$ 17, 02 por criança), frequentemente sofria atraso (Campos, 2001, p. 50).

Embora a descrição do projeto seja simples, as dificuldades do dia a dia das associações de moradores para implementar e sustentar as suas creches eram bem complexas. A própria autora discute no decorrer do seu trabalho que este novo modelo caiu como uma luva para o poder público, eximindo-se de sua responsabilidade, pois na realidade quem é o maior beneficiado por essa prática é o próprio governo que economiza com a construção de espaços, contratação de pessoas, equipamentos e materiais (Campos, 2001). Isso só salienta as disparidades provocadas por um Estado com características neoliberais, no qual a concepção de uma política de estado-mínimo faz com que os movimentos de periferia, busquem meios de sobrevivência diante não só das migalhas que o Estado apresenta, bem como a violação dos seus direitos assegurados na Assembleia Constituinte de 1988.

Em resumo, a cidade de Joinville vai ter no ano 2000 o seguinte panorama da distribuição das vagas nas creches, conforme tabela consultada na pesquisa de Campos:

**Figura 08** – Tabela dos atendimentos à infância em Joinville

**Tabela 2 - Atendimento à infância em Joinville**

Instituição	Nº de instituições	Nº de crianças que atende
CERI	24	2.214
Creches domiciliares	45	751
Jardins de infância municipais	14	2.732
Salas de pré-escola municipal	38 salas	927
Creches comunitárias	05	426
Creches estaduais	04	178
Pré-escolas estaduais	32	2.272
Creches particulares	03	405
Pré-escolas particulares	32	2.433

Fonte: Secretaria da Educação de Joinville / Divisão de Adm. – Serviço de Planejamento e Estatísticas. (março/2000)

**Fonte:** Campos (2001, p. 48).

Percebe-se, pelos dados da tabela acima, a quantidade expressiva do número de creches domiciliares, segundo a autora estas creches também recebiam o suporte da prefeitura, entretanto de maneira muito mais completa, através de assessoramento, orientação, formação/capacitação. Algo que as creches comunitárias não eram contempladas. Dessa maneira, não pode se afirmar que a criação da Creche Comunitária Vovó Juliana ocorreu de maneira totalmente independente do poder público, o encontro com esse projeto foi fundamental para dar o pontapé na luta árdua que estaria por vir, contudo, a crítica a esse modelo/estratégia adotado pelo poder público necessita ser ressaltada, pois apenas amenizou os problemas enfrentados pelas comunidades periféricas, mas não ajudou a solucionar, tampouco passou por um processo de reestruturação, para de fato contribuir de forma mais efetiva. Serviu apenas de maneira paliativa para que as próprias entidades dessem seus “jeitos” para conseguirem avançar.

### 3.2 A ESTRUTURAÇÃO: MÃOS NA MASSA!

Com a doação da casa e a decisão de iniciar a montagem da creche pela Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga, a parte documental começou a ser preparada e a reforma na nova sede da Associação começou a ser realizada. A professora Sônia, em resposta ao questionamento se ela havia participado das primeiras reuniões na década de 80 que originaram na criação da Amorabi, respondeu que no início das primeiras reuniões ela e seu marido não fizeram parte, começaram a participar anos depois quando a entidade já estava ativa, entretanto, em relação a participação da sede da Rua Cineasta Leon Zirmenamm, ela responde de forma entusiasmada:

Ah sim, essa nós ajudamos a montar né, a gente ganhou um terreno da vovó Juliana e foi uma alegria imensa porque não tinha, a gente já estava procurando outro espaço para fazer a sede e a gente ganhou essa casa aí a gente começou a arrumar o terreno, o terreno era bem, era um terreno assim bem precário. Então, eu cheguei a tirar os matos, a capinar, a limpar o terreno, a fazer a reforma da casa. Reformamos a casa, pintura, parte de reformas mesmo e aí foi nascendo né, foi nascendo [...] A gente chegava com uma ideia, outro com outra e trazendo os móveis, os bancos e assim foi surgindo a nova Associação (Machado, 2023).

A Dona Julie, sobre o início das reformas na casa, já relembra alguns desentendimentos que aconteceram quando estavam fazendo os reparos necessários:

Assim pera, começou sabe o que, um problema, o pessoal na construção da casa deu muito problema, sabe o que é, como era a associação eles tinham, então eu que entendia assim, eu dizia as coisas eles, eles faziam contra, ia arrumar a casa... meio machadada assim, tem que fazer uma pintura clara, não pintaram de preto [indignada/risos]. Daí chegou à coisa, aí fizeram a pintura, por causa de um que morreu lá um homem já, que era não sei o que da associação e diz que não era, mas não, a Dona Juçá disse que tinha que ser assim, “**ah ela não manda**” ele dizia, porque era da associação, não era da creche e não manda e era associação que mandava e pintaram de preto. Chegou a Dra. Corinda e fez o escarcéu, que queria as coisas lá, daí quando eu digo as coisas para fazer assim eles fazem ao contrário parece que eles queriam teimar comigo, dava uma impressão assim. Eu não mandava, eu dizia nós temos que fazer assim, porque eu sabia que aquilo ali tinha que ser assim, né, para você ver, sempre quando é muita gente, puxa um para lá outro para cá, aí deu problema (Vieira, 2022).

A Dra. Corinda que aparece no depoimento da Dona Julie, era funcionária da Secretaria de Bem-estar Social, responsável pelo monitoramento das atividades que obtinham a parceria do município, não só ela realizava visitas constantes, como a própria vigilância sanitária. Por ser a pedagoga e diretora responsável pelo CEI, Dona Julie, que acompanhava as visitas e também ia para as capacitações, mostra sua indignação ao ser contrariada, quando ela sugere que as paredes deviam ser pintadas na cor clara e não na cor preta, outro fator que aparece é a fragilidade de relação de quem era da Associação e quem era da creche, como se o movimento fosse separado, o que não era, entretanto o que pode ser observado é o próprio machismo contido neste relato, quando um dos homens profere “ela não manda”, quem mandava então?

A moradora Irene, já relembra a ida para a casa doada pela Vovó Juliana da seguinte maneira:

Era o caos né, porque assim tinha que reformar né, adaptar para uma possível creche, era uma casa, uma casa de madeira, então a gente ajeitou da forma que deu e começamos. O atendimento acho que nós começamos, eu não lembro bem certinho o dia que foi, eu sei que nós começamos em maio também, 04 de maio nós começamos com atendimento com as crianças, então, seis meses, quando eu fui e acho que uns seis meses que a gente ficou. E trabalho era todo era voluntário, e tudo gente assim, só de boa vontade, porque conhecimento técnico de educação, quem tinha era Julie, não eu. Eu era contadora, mas fui, quando vi (Tomelin, 2023).

Quando a entrevistada viu, ela já estava imersa na luta pela creche, e no decorrer da entrevista complementa “a necessidade fez com que a gente assumisse as coisas, para fluir, né? Porque a gente tinha essa preocupação de que as coisas funcionassem né, dentro das possibilidades então esse era o meu perfil, sempre foi assim de começar e fazer funcionar né, então a gente foi” (Tomelin, 2023, p. 04). A fala de Irene pode ser relacionada com o que discute a pesquisadora Maria da Glória Marcondes Gohn (1985), seu livro “A Força da Periferia: A luta das mulheres por creche em São Paulo” quando ela caracteriza que a participação em movimentos populares levou grupos de indivíduos se situarem como agentes da própria história

e acreditarem em sua capacidade de atuação, de pressão para mudarem as políticas oficiais e obterem espaços próprios (Gohn, 1985). Mais do que a necessidade pela necessidade é o processo de conscientização, de tomar para si a tarefa de se jogar pelo bem comum, sem pensar muito, com experiência ou sem experiência, se lançar e fazer funcionar.

Dentro os vários desafios enfrentados nos primeiros anos de criação da creche (1992 a 1999), as entrevistadas apontaram diferentes exemplos, a Dona Julie menciona a *batalha* de quase um ano, antes de abrir a creche, “precisava de fogão, de madeira, ninguém tinha dinheiro, todo mundo gente humilde, a prefeitura deu um apoiozinho e a gente fazia, tínhamos certo dinheiro na época, mas água e luz, continua pagando” (Vieira, 2021, p. 07). Mesmo sem a creche ter sido inaugurada já tinham estes gastos que eram difíceis de manter. A Irene, também relata que os recursos financeiros eram difíceis:

porque as famílias que a gente atendia, podiam contribuir espontaneamente com um valor pouco, é daí a gente ia buscar frutas e verduras nas verdureira o que eles podiam doar, e o que as famílias podiam doar de alimentos, e, o trabalho das professora era voluntários então, daí se no mês sobrasse, a gente, vamos dizer partilhava com os que mais que precisavam, para poder ajudar também, na sua renda familiar, mas era assim, bem difícil, bem difícil mesmo, a gente conseguiu com o tempo, um convênio com o estado que era para ajudar a comprar alimentação né, pagar as despesas de manutenção, mas não atendia toda a demanda né (Tomelin, 2023).

A professora Sônia relata sobre a confiança das famílias e a necessidade da formação/capacitação de professoras:

Sim, pois é, daí foi um desafio grande, porque era o começo de tudo, a gente tinha espaço, já tinha as crianças a gente precisava da confiança dos pais também porque nós éramos todas mães né, acho que a única formada a Irene, Dona Julie embora elas não assumiam sala de aula, ela era a diretoria ficava mais por fora. E aí foi o desafio maior da capacitação dessas mulheres para conseguir ganhar uma confiança porque tinha muitos pais que trazia realmente a gente para as crianças e trazer assim meio receoso, porque não éramos professoras. Mas a gente tinha muito amor, **porque nós éramos mães**, a gente cuidava com muito carinho, a gente cuidava como se fosse nossos filhos, eu acho que isso daí foi um começo da criação de tudo, porque a gente se dedicou tanto, era que nem fosse os nossos filhos, eram bem cuidados, começamos a ganhar confiança[...]Pensava que tinha superado um, lá vinha outro desafio que a gente tinha que buscar e foi - se buscando (Machado, 2023).

Percebe-se, como a dicotomia entre o cuidar/educar aparece neste depoimento, as voluntárias não eram professoras, mas eram mães. Dentro desta lógica, evidencia-se a concepção enraizada na sociedade sobre as relações de cuidado para com as crianças ser uma tarefa essencialmente feminina, portanto dever da mulher mãe exercer essa função. Diversas autoras e movimentos feministas discutem essa relação “naturalmente” imposta, como uma das características que sustentam a lógica patriarcal de visão da sociedade.

Entretanto outro desafio comum à todas elas foi o processo de expansão do número de crianças matriculadas no CEI. As famílias procuravam por uma vaga na creche, principalmente as mães, para poderem ter a oportunidade de sair de casa e irem trabalhar. Irene relata sobre a necessidade e a preocupação que tinham em conseguir atender toda a demanda “tinha uma procura grande, uma necessidade grande, daí a gente tinha os critérios de seleção que a gente atendia, procurava atender os que mais precisavam, os que mais tinha vulnerabilidade ne, então esta era a preocupação, para atender todo mundo” (Tomelin, 2023, p. 4). Mesmo adotando estratégias para conseguir atender a todas as famílias, com critérios de seleção, lista de espera, a estrutura física da sede também tinha suas limitações estruturais. Com a reforma da casa o espaço do CEI ficou dividido da seguinte maneira: quatro salas de aula, 1 cozinha, 1 banheiro e uma pequena sala para a administração. A professora Sônia compartilha o momento em que percebem que precisavam buscar uma alternativa para conseguirem manter o CEI, ou se não correriam o risco de fechar:

[...]devido a demanda grande de criança, já não comportava mais as crianças, eram muitas crianças e aí nós tivemos um problema com a saúde, vigilância sanitária. Também de vez em quando iam lá inspecionar a casa, já estava precária. Precisava de muitas reformas lá, porque a parte de cozinha, aquilo [tom desanimador]. Aí a gente começou a pensar, não tem condições mais de ficar aqui, você não quer arrumar um outro lugar, porque para reformar uma casa teria que parar tudo e não era esse o nosso propósito de parar a creche para poder fazer reforma. Aí começou assim, pensou-se em fazer um, conquistar um outro espaço para construir. Aí começou uma luta. **Uma luta árdua e difícil, que foi complicada**, mas graças à Deus com muita ajuda, eu não lembro agora, não posso citar nomes, mas eu sinto assim, que foi uma outra conquista da comunidade mesmo, porque a gente teve muitas reuniões na Câmara de Vereadores para conseguir esse espaço, lá na Rua dos Esportistas, a gente soube que tinha um espaço grande que era da prefeitura e aí a gente começou a lutar por aquilo. Não tinha outro, era ou aquele ou teria que fechar mesmo o Vovó Juliana lá, a antiga casinha. E foi conquistando, fomos na prefeitura, fomos fazendo reuniões né, conquistando lá uns vereadores que nos ajudaram também não lembro o nome agora assim de quais, e fomos né, partimos para isso [...] (Machado, 2023).

Na análise dos documentos, presentes no acervo da Amorabi, no relatório de atividades do ano de 1998, consta a quantificação de alunos/as que o CEI obteve durante esse período, organizados no formato de uma tabela, conforme a figura 09, a seguir:

**Figura 09** – Tabela do número de crianças atendidas 1992-1998

**TABELA 1 - Expansão do Atendimento em Educação Infantil**

Ano	Clientela	Período	Local
1992	30 crianças	Integral	CEI
1993	50 crianças	Integral	CEI
1994	75 crianças	Integral (50) Parcial (25)	CEI IGREJA
1995	75 crianças	Integral (50) Parcial (25)	CEI IGREJA
1996	100 crianças	Integral (50) Parcial (50)	CEI IGREJA
1997	100 crianças	Integral (50) Parcial (50)	CEI CEI
1998	100 crianças	Integral (50) Parcial (50)	CEI CEI

**Fonte:** Acervo Amorabi

Gradativamente o número de atendimentos foi crescendo. Nota-se que entre os anos de 1994 e 1996 o CCEI contou com o apoio da igreja Menino Jesus, como um suporte físico para a sala de aula de algumas turmas, possibilitando a garantia de mais vagas nas creches disponíveis para as famílias do bairro. Sobre a conquista da nova sede da Associação e ampliação do CCEI, a professora Sônia também narra:

[...]conseguimos terreno, depois veio as verbas também que auxiliaram bastante e mão de obra né, isso foi eu acho que foi o trabalho de formiguinha foi muito sabe, nós mesmo que aterramos, a gente mesmo que que ajudou a parte do pedreiro, que o pedreiro era pago mas a maioria das coisas tinham que ser de graça né, então povo foi colocando a mão, muito mutirão, muita coisa e fomos levantando e fomos construindo e achamos que já tínhamos que começar com uma casa grande, porque pequena não adiantaria não atenderia o público e graças à Deus e fomos e graças a Deus foi surgindo e fomos levantando, fomos entrando e assim que deu já entramos né, como estava, arrumamos mais ou menos entramos e a parte mais difícil foi a cobertura [um suspiro longo] a cobertura foi complicada, foi um mutirão enorme telha por telha lá para cima. Foi difícil mesmo, mas conseguimos, com certeza foi uma luta, mas a gente fez a nossa parte e foi surgindo aí entramos, como estava mesmo eu acho que tinha quatro salas, mas o refeitório a cozinha e assim mesmo entramos e teve a parte de pintura que às vezes nós fazíamos, nós professoras fizemos, pintamos as nossas salas e você foi surgindo as nossas salas e cresceu (Machado, 2023).

União, solidariedade, trabalho em equipe, mutirão, perseverança são palavras que atravessam os outros depoimentos das mulheres que relembram a Construção do Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana, como uma grande conquista da comunidade, como demonstra os registros fotográficos arquivado no acervo da entidade, observa-se na figura 10 a cena que a professora Sônia descreve sobre os mutirões, “telha, por telha”, na figura 11 a

imagem da fachada nova sede do CEI Vovó Juliana, que devido a conquista deste prédio, passa a ser nomeado Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana.

**Figura 10** – Mutirão para cobertura da sede do CCEI Vovó Juliana



**Fonte:** Acervo Amorabi

**Figura 11** – Fachada do CCEI Vovó Juliana no ano de 1999



**Fonte:** Acervo Amorabi

Com a inauguração do Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana, ocorrida no mês de março de 1999, a Associação de Moradores através do seu departamento de Educação, passou a dispor não só de um espaço muito mais adequado para a continuidade dos atendimentos na creche com a educação infantil, como se tornou um espaço para outras atividades ligadas ao departamento de cultura, lazer e esportes. Com a mudança para o novo endereço da Rua dos Esportistas, 510 – Itinga s/n, a própria fachada da entidade modificou-se e o CEI Vovó Juliana, passa a ter em sua nomenclatura a palavra “comunitário” – Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana. Contudo, à medida que as estruturas e possibilidades se ampliavam o mesmo ocorreu com a profissionalização das mulheres voluntárias do CCEI Vovó Juliana, no qual efetivaram-se como professoras através da oportunidade gestada por elas mesmas no decorrer desta trajetória.

### 3.3 DO VOLUNTARIADO À PROFISSIONALIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA QUE DEU CERTO

O primeiro quadro de funcionárias do CEI foi composto pelo o que definiu a professora Sônia como “moradoras-mães”, diante da necessidade de atender as crianças do bairro, a única professora formada era a Dona Julie, no qual assumiu como pedagoga responsável pelo CEI, as demais mulheres envolvidas no trabalho em sala de aula, não tinham formação, “muitas moradoras mães, tornaram-se professoras, daí a maioria já no primeiro ano começou a buscar, no começo já não tinha condições de fazer a faculdade, então começaram buscar magistério e a gente foi tentando, foi buscando muito, procurando muito” (Machado, 2023, p. 03). A pesquisadora Campos, afirma em seu trabalho sobre a educação infantil de Joinville-SC, o seguinte:

A política pública municipal, signatária do modelo neoliberal, frente a essa demanda, revitaliza programas da década de 1980, destinados ao atendimento de famílias de classes populares. Entre esses programas, encontram-se as creches domiciliares e as creches comunitárias, ambos programas organizados a partir da ideia do Estado-mínimo e de assistência. O que é direito passa a ser apresentado e percebido como um favor prestado à população (Campos, 2015, p. 62).

Neste sentido, entende-se o contexto que surge a creche comunitária do Itinga com uma total desresponsabilização do Estado, perante a garantia dos direitos sociais. Se tudo é percebido como um favor, não há um estímulo para a capacitação destas mulheres de forma sistematizada ou com algum amparo. Assim, são as próprias mães-moradoras-voluntárias que diante das

dificuldades e no cotidiano em sala de aula sentem a necessidade da formação, porque não basta ser apenas, mulher e mãe, o cuidado com as crianças de zero a seis é trabalho e requer organização, estudo e aplicação de metodologias. À vista desse trabalho, muitas vezes desvalorizado e mal pago, que Silvia Federici (2018, p.22) afirma: “o que chamam de amor é trabalho não remunerado”. Entretanto, mesmo diante de todas as dificuldades que a Associação passava para manutenção do seu Departamento de Educação, a busca incansável por recursos, remuneração das voluntárias e a sua profissionalização esteve desde o início no horizonte do CEI. A professora Janice compartilha em seu relato sobre esse começo:

No começo não, nós éramos voluntárias, começamos como voluntárias depois começamos a ganhar um pouquinho assim né, uns “dez realzinhos” , pouquinho coisa, uma gratificação e depois aí começaram a registrar acho, que uma professora uma cozinheira, que a lei começou a exigir, alguém registrado e depois com o tempo a Irene foi registrando todo mundo, e depois todo mundo estava registrado depois, mas no começo éramos voluntárias ali [...] Com o tempo a profissionalização e depois o registro, fui registrada primeiro como auxiliar e depois com professora como a lei mandava, tinha que seguir as leis e a Irene que era a cabeça ali, que entendia do riscado. Mas, meu Deus, olha uma benção né uma comunidade unida e bonito de ver é um testemunho lindo para apresentar por aí, em outros lugares que as pessoas dizem que não “existe isso” e existe, olha às vezes [emocionada] às vezes me dá até vontade de chorar, quando eu penso assim, porque eu digo, os meus irmãos estão tudo lá para o Boa Vista né, tudo para o lado de lá, por perto da minha mãe, depois a minha mãe cuidou dos filhos para eles trabalharem e eu não. Cheguei aqui, não tinha onde deixar minha filha para mim trabalhar, e agora aonde que eu vou deixar a minha filha para ir trabalhar? Até no início eu fui fazer, fui ver ali no Big uma vaga de operadora de caixa né, porque eu já era caixa lá em Jaraguá, trabalhava no Braithupm e eu fui procurar uma operadora, mas aí deixar a minha filha aonde? A creche mais perto que tinha, Conde Modesto Leal, para mim levar ela todo dia lá, daí tinha uma mensalidade para pagar o ônibus eu tinha que pagar o ônibus, coloquei na ponta do lápis não compensava sair de casa com a mensalidade muito alta, aí eu tinha que ter roupa para poder ir trabalhar de ônibus, não podia estar trabalhando assim né, aí eu fui ver, eu tinha que trabalhar sábado domingo e fui colocar na ponta do lápis, não compensava eu sair de casa quase. E o meu marido, disse assim, deixa, eu trabalho e tu cuida da nossa filha. Aí graças a Deus, houve essa oportunidade de trabalhar na Vovó Juliana que eu podia levar ela junto e trabalhar e estudar e me formar no que eu sou hoje, eu só tenho a agradecer né, meu Deus, e agradecer a Deus e a comunidade Itinga. Meu Deus, uma benção na minha vida, eu digo Deus fez maravilhas na minha vida me colocando aqui no Itinga! [risos] (Prawurzke, 2022).

A professora narra a sua participação no movimento comunitário pela creche infantil, como um grande divisor de águas na sua trajetória de vida. Primeiramente, por ela encontrar no bairro Itinga o sentido de comunidade. Através da sua participação na igreja católica conhece Dona Julie, ligada a Pastoral Social da Criança e vai tecendo relações de amizade. O bairro Itinga, na década de 1990, por não ser um bairro populoso facilitava com que as/os moradoras/es se conhecessem, a própria igreja Menino Jesus, na figura do Pe. Luiz Fachini contribuiu muito para esses espaços de encontros e solidariedade. A moradora Irene, relata

sobre a relação do padre na contribuição de formação de lideranças da comunidade do Itinga. Dessa forma, mesmo não estando diretamente ligado ao CEI, ele foi um personagem de muita relevância:

vamos dizer diretamente ele não estava lá com a gente, indiretamente no que ele formou de lideranças na comunidade e o que contribuiu, se não fosse essa formação de lideranças, é não teria isso, ninguém ia fazer assim, fazer isso, porque nós tivemos uma formação com ele né, e as pessoas tinham isso, de viver essa comunidade mesmo, a gente vivia, a gente vivia essa comunidade, né? Então todo mundo se conhecia, a gente, eu conhecia todo mundo do bairro, hoje em dia quem sou eu? e quem são meus vizinhos? A gente mal e mal conhece, é diferente hoje, né? (Tomelin, 2023).

Percebe-se que neste caso, a própria entrevistada faz uma análise da relação do tempo passado/presente, ao afirmar que na época da construção do CEI, todo mundo se conhecia e a comunidade era mais viva, algo que no seu ponto de vista hoje já não é mais tão presente. Mais adiante, ao questionar se todas as pessoas no início do CEI eram voluntárias, ela afirma “na época tinha na nossa comunidade, tinha algo assim diferente, as pessoas que trabalharam nessa época, elas dizem que nunca viveram isso né, tinham um comprometimento e uma solidariedade muito grande assim” (Tomelin, 2023, p.04). Neste sentido, que a professora Janice relembra a sua chegada ao bairro e sua aproximação com o trabalho do CEI, um local que lançou oportunidades para sua vida. O fato de ser mulher, mãe e sem o apoio de uma creche pública para a sua filha poder ficar tornava totalmente inviável conseguir trabalhar fora e complementar a renda familiar. Como ela mesma fala “na ponta do lápis” não compensava, a saída era permanecer em casa, com os cuidados das tarefas domésticas, da filha e apenas o marido sair para trabalhar. Mas aí vem o questionamento: e as mães solteiras que não tinham esse suporte, da figura paterna presente? Mais dificuldades encontravam para driblar e dar conta da escassez de vagas nas creches. Isso ressalta o tamanho do impacto positivo na vida destas mulheres que puderam contar com este espaço de apoio próximo ao seu local de moradia.

O livro “*Creches, Educação e Feminismo*” organizado por várias mulheres pesquisadoras, também trata de como o movimento feminista atuou neste período concomitante ao movimento comunitário que vinha ocorrendo no Itinga, “o movimento feminista trouxe para a luta a crítica ao papel tradicional da mulher na família e a defesa da responsabilidade de toda a sociedade em relação à educação das novas gerações. ‘O filho não é só da mãe’, diziam os cartazes nas manifestações” (Finco; Gobbi; Faria, 2005 p. 09). Desta maneira reforça-se a importância da existência e atuação do Centro de Educação Infantil Vovó Juliana como um espaço coletivo para lidar com essa responsabilidade, possibilitando o direito à creche, mas também a possibilidade de emancipação de muitas mulheres que encontram no CEI novos

horizontes, principalmente para continuar seus estudos e se profissionalizarem na área da educação.

**Figura 12** – Primeira sala do CEI Vovó Juliana



**Fonte:** Acervo Amorabi

Na figura acima, podemos observar a estrutura de uma das salas da primeira sede do CEI Vovó Juliana, com uma das professoras aplicando atividade com seus alunos/as. Sobre a experiência de formação a entrevistada professora Sônia relembra:

Como professora, naquela época eu me formei ali no Vovó Juliana como professora ainda, porque lá no outro nem teria, nem tinha tempo de estudar porque eu tive uma parte assim muito pesada assim porque a gente corria muito em reunião fazia muita coisa então não deu para pegar firme. Algumas professoras lá já se formaram, vieram formada e depois aqui no Vovó Juliana que deu o meu tempo para me formar (Machado, 2023).

Entre os anos de 1992 e 1999 houve um período muito ambíguo na perspectiva de Sônia. Ela estava envolvida entre outras tarefas para garantir a construção da nova sede, reuniões e mais reuniões para garantia de apoios para a manutenção do CEI, o que fez com que a professora tivesse seu diploma, anos depois, já com o departamento de educação instalado em sua nova sede, na Rua dos Esportistas. Entretanto, é necessário ressaltar que a partir da expansão do atendimento as crianças que ocorreu no primeiro ano de consolidação do CEI, (conforme demonstrada na tabela da figura 09), o trabalho de voluntariado começou a mostrar-se

inadequado à proposta da Associação que conforme consta em um dos relatórios de atividades da Associação objetivava “desenvolver um trabalho de cunho educativo e não assistencialista. A partir de 1993, então, o trabalho do CEI começou a priorizar os aspectos pedagógicos, com repercussões na formação educacional de suas educadoras, na forma do vínculo de trabalho e na organização didático-metodológica com as crianças” (Associação, 1998). Contudo, percebe-se que a profissionalização da atividade educativa e, portanto, o caráter pedagógico que garante a qualidade no atendimento às crianças foi um processo gradual, construído cotidianamente com as educadoras. A professora Janice fala um pouco sobre os momentos de formação:

E nós tínhamos assessoria da Rosânia Campos também, a psicóloga que dava assessoria para nós ali né e nos orientava de maneira que a gente deveria agir certinho, que nem todas tinham magistério ainda, estavam formando ainda né, eram donas de casa algumas, outras tinham o segundo grau normal que nem eu. E a gente ia pelos ensinamentos da Rosânia Campos, a Irene Petry também nos orientava bastante e íamos aprendendo junto, trabalhando e aprendendo ao mesmo tempo; tanto que quando eu fui fazer a faculdade para mim não tinha novidade, porque eu já estava na área né precisava só fazer a parte [...] só a teoria tive que fazer, só a teoria, mas a prática eu já sabia, já conhecia os pensadores da Educação Infantil ali, porque a Rosânia Campos nos passava tudo (Prawurzke, 2022).

A participação das educadoras em diversos cursos oferecidos na comunidade pela prefeitura ou através de parceria também auxiliou muito no processo formativo, no relatório também é citado que de maneira alternada “participavam de capacitações para educadores infantis, realizados pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e da Famílias, pela Univille/SINE/FAT, e outras instituições públicas” (Associação, 1998). Dessa maneira, compreende-se como coloca a professora Janice, ao chegar na faculdade, o que faltava era um pouco mais da teoria, pois a prática já vinha sendo vivenciada. Ademais, a preocupação com a formação de um grupo de educadoras qualificadas foi uma preocupação do CEI desde a sua fundação.

**Figura 13** – Professoras do CEI apresentando o seu trabalho no Magistério



**Fonte:** Acervo pessoal da entrevistada Janice

No final da entrevista com a professora Janice, ela compartilhou seus álbuns com inúmeras fotografias do período de atuação no CEI Vovó Juliana. Ao lado dela na figura 13, está a professora Sônia, que também participa deste estudo. Na ocasião do registro fotográfico, as duas estavam realizando uma apresentação no curso do Magistério cujo tema do trabalho, era o próprio CEI no qual elas iniciaram seu trabalho voluntário.

Destaca-se que atrelado ao programa de formação de educadoras, a Associação de Moradores, na medida que seus recursos alcançavam, trataram de adequar-se as exigências legais advindas da secretária de educação, realizando os registros em carteira de trabalho da equipe do CEI. No mesmo relatório já citado, encontra-se um trecho no qual se explicita os outros motivos optados pela Amorabi para a consolidação dos contratos formais de trabalho:

A necessidade de manter-se um grupo permanente de trabalho, capaz de viabilizar a implantação de uma proposta pedagógica de trabalho e, a possibilidade de o CEI vir a constituir-se em um espaço gerador de empregos formais, valorizando a educação como função primordial de qualquer sociedade. Desta forma, coadunado com os princípios democráticos da Associação, optou-se pela extinção gradual do trabalho voluntário, forma encoberta de precarização do emprego, em todas aquelas atividades de caráter permanente (Associação, 1998).

A profissionalização do trabalho do CEI, repercutiu positivamente em diversos aspectos. Dentre eles, a possibilidade de retorno das educadoras para o estudo, o vínculo empregatício proporcionando o acesso a um salário que no decorrer dos anos passou a estar dentro do piso salarial do Sindicato, o desempenho das crianças que após frequentar o CEI, continuavam o seu percurso escolar em outras escolas. Contudo, fuge-se de romantizações ao ressaltar que todo esse movimento aconteceu devido à ausência do Estado em garantir as políticas públicas mínimas de educação para a periferia da cidade. A Associação, através do departamento de educação, assumiu essa tarefa e profissionalizou seu corpo docente foi uma

experiência que deu certo, mas atravessada pelo suor e muita luta, como bem pontua Irene, no qual por ser contadora de formação, foi responsável por toda a parte burocrática e financeira do CEI:

as folhas de pagamento era sempre a maior dificuldade e isso foi indo né, a exigência depois da secretaria de educação começou a exigir formação profissional aí tinham que ter pedagogia ou magistério né, a gente foi com o decorrer do tempo se profissionalizando, então quando a gente se mudou para o prédio novo, basicamente, todos foram a busca, muitas mães que atendiam como voluntárias, foram estudar e hoje são professoras e hoje estão aí, trabalhando né, tem várias mulheres que vieram trabalhar como voluntária e depois estudaram e hoje trabalham na educação (Tomelin, 2023).

A mudança para o novo prédio da Associação no ano de 1999 ampliou ainda mais as perspectivas do CEI, que passou a ser o Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana. Com esse importante passo, novas mulheres foram adentrando ao quadro de professoras, bem como novas crianças e famílias associadas. A luta foi árdua, mas rendeu muito frutos, dentro deles a profissionalização das mulheres – mães-voluntárias como professoras!

**Figura 14** – Visita da Vovó Juliana no prédio do CCEI Vovó Juliana



**Fonte:** Acervo da Amorabi

Por fim, a figura acima apresenta a análise de um trecho da matéria publicada no Jornal do Bairro Floresta, no mês de maio de 2001, no qual neste período celebrava-se o 20º aniversário da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga – AMORABI, bem como 9º aniversário de existência do departamento de educação da Amorabi, responsável pela criação e consolidação do Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana. No centro da imagem sentada e de óculos escuros, rodeada por crianças está a Vovó e professora aposentada Juliana, a primeira personagem apresentada logo na introdução desta pesquisa. Logo atrás na imagem, a auxiliar de direção Marina Tromm, Lidice uma das filhas da Juliana, a professora Cristina Aparecida Duarte e Irene Petry Tomelin, diretora do CEI. Nota-se que a visita da Vovó Juliana era sempre muito bem celebrada e ela fazia questão de ir ao CEI quando vinha para Joinville-SC fazer sua visita ao espaço e ver como estava o andamento do Centro de Educação Infantil, que carinhosamente levava o seu nome. Foi unânime em todas as entrevistas o afeto transbordado pelas entrevistadas ao se referir à professora, sendo uma das principais responsáveis para que o CEI surgisse e formasse sua história de atuação na comunidade do bairro Itinga.

O Centro de Educação Infantil Vovó Juliana permaneceu atuante e mantido pela Associação por 20 anos ininterruptos, entretanto no ano de 2009 fruto de muita reivindicação da Amorabi, é instalado o primeiro CEI público no bairro Itinga, denominado CEI Pedro Paulo Hings Colin nas proximidades da E.M Lacy Flores. Com isso o número de crianças atendidas pelo Vovó Juliana diminui e conseqüentemente o valor do repasse da parcela do convênio da prefeitura com a Amorabi. Com isso a Amorabi passou a enfrentar problemas financeiros para dar conta da manutenção do espaço e das folhas de pagamentos das profissionais de educação, além do que a maioria das famílias não estavam conseguindo contribuir com a mensalidade social, colocando em risco o funcionamento do CEI.

Diante destes fatores, a Associação foi em busca de soluções para garantir o atendimento das famílias que não tinham conseguido vaga no novo CEI e necessitavam que o Vovó Juliana, permanecesse ativo, uma das saídas encontradas, foi por fechar o CEI Vovó Juliana e reivindicar a Prefeitura Municipal de Joinville, através da Secretária de Educação que assumisse o CEI, caso contrário muitas famílias ficariam sem onde poder deixar seus filhos/as. E o pedido, através de muita pressão, foi acatado pelo poder público que no mesmo ano, prestou a continuidade do atendimento as crianças como uma extensão do CEI Eliane Kruger, localizado no bairro Boehmerwald e no ano de 2013 com o aumento de demanda de novas crianças, após um acordo de contrato de comodato entre Amorabi e Prefeitura, no qual a

Associação passou a ceder gratuitamente o espaço do prédio, o município oficializou a criação de um novo CEI público, que nada mais seria que a perpetuação da história do CCEI Vovó Juliana, agora municipalizado para o Centro de Educação Infantil Professora Juliana de Carvalho Vieira, que desde 2013 até a presente data segue ativo no bairro Itinga.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou evidenciar a importância de uma história escrita a partir das experiências de lideranças comunitárias e do protagonismo de mulheres perante seu tempo e problemas. A criação da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Itinga – Amorabi, no ano de 1981, foi crucial para o surgimento do Centro Comunitário de Educação Infantil Vovó Juliana, que nasceu como fruto da luta comunitária pela conquista de direitos sociais básicos, localizado em um bairro periférico de uma das maiores cidades do estado de Santa Catarina, Joinville-SC.

O bairro Itinga, mesmo estando à margem, mostrou a sua potencialidade de ser centro de referência quando o assunto é organização social e luta por direitos. O seu caráter reivindicativo foi propulsor de iniciativas que impactaram o cotidiano das famílias, principalmente das mulheres mães e seus filhos/as.

Enquanto pesquisadora deste trabalho, moradora do bairro Itinga e também uma das alunas do CCEI Vovó Juliana, me permitir mergulhar nas narrativas orais e documentos encontrados no acervo comunitário da Associação, foi como se eu me deparasse com as minhas próprias raízes e partir delas, conseguisse me conectar com tantas outras que extrapolam as fronteiras imaginárias do território do bairro Itinga.

Através da interlocução com as autoras como Scott (1990) e Salvatici (2005), trouxe o protagonismo das mulheres do Itinga à cena. Mais do que o ato de doar a sua própria casa, a professora aposentada Juliana de Carvalho Vieira, carinhosamente apelidada de Vovó Juliana, instigou a organização das mulheres do bairro, que mesmo de forma inconsciente, protagonizaram de maneira muito emblemática um movimento que estava em consonância em diversos outros territórios brasileiros que foi a luta pelas creches no Brasil (Rosemberg, 1989).

A partir das entrevistas realizadas, tive a oportunidade de entender como o protagonismo feminino se consolidou na creche entre 1992 e 1999, sendo de suma importância enxergar as mulheres envolvidas no processo, não meramente como objetos de estudo, mas como “sujeitos”, atravessadas por emoções, suas próprias histórias pessoais e motivações que muitas vezes diferem os motivos, pelos quais se envolveram com a creche comunitária, mas que, a partir da união e convivência diária, dividiram entre si os diferentes “fardos” dessa luta que foi muito árdua, porém repleta de significados e conquistas.

Ademais, embora o CCEI Vovó Juliana não esteja mais ativo pelo controle da Associação de Moradores, a sua memória permanece viva e atuante, através da municipalização efetuada pelo poder público. Em uma comunidade que não tinha a existência de nenhum CEI público na década de 1980 e 1990, hoje pode-se celebrar a existência de duas unidades. Nada vem ao povo periférico sem luta. Por isso que a Amorabi se mantém firme nestes 42 anos de existência encampando sempre a garantia dos direitos sociais básicos.

Por fim, considero que através deste trabalho não pude explorar de maneira integral tudo que estava disponível no acervo comunitário, bem como realizar mais encontros e entrevistas com as moradoras que estiverem interligadas, como anos seguintes a inauguração do CCEI Vovó Juliana. Mas, fica a possibilidade para o desenvolvimento de outros trabalhos futuros, que possam contar com esta pesquisa como um ponto de partida.

Viva a Vovó Juliana! Viva Associação de Moradores! Viva todas as mulheres professoras do bairro Itinga, que proporcionaram que este CEI tivesse vida e transformasse centenas de pessoas atingidas com este trabalho social!

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga. **Revista da Amorabi**. Ano 01, nº1. Joinville, 2014.

\_\_\_\_\_. Pasta: **Relatório de Atividades (1991, 1992, 1993, 1994, 1995)**. Joinville, 2012.

\_\_\_\_\_. Pasta: **Relatório de Atividades (1996, 1997, 1998, 1999)**. Joinville, 2012.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: história dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202

\_\_\_\_\_. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mal uso dos arquivos** In: PINSKY, Carla Bassanezi.(org). **Fontes Históricas**. 2.ed.- São Paulo. Editora Contexto, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, Rosania. **Entre lutas e sonhos: as professoras leigas na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, p. 178. 2001.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante** (Joinville, 1980 – 2010). 2010. 376 p. Tese Doutorado (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CORREA, Roseana Maria. ROSA, Terezinha Fernandes. **História dos Bairros de Joinville**. **Joinville**: Fundação Cultural de Joinville, 1992.

FACCHINI, Luiz; PEDRINI, Irmã Dalila. **CEBs 25 anos de caminhada na Paróquia Cristo Ressuscitado**. Joinville: Movimento e Arte, 2000.

FEDERICI, Sílvia. **O Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2018.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônicas da Colônia Dona Francisca**. 3. ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart (org.). **Creches, Educação e Feminismo**. São Paulo: Edições Leitura Crítica, 2015.

VIEIRA, Julie. Entrevista Concedida a Letícia Helena da Maia em 2/08/2021 (digital). Acervo da pesquisadora. Joinville, 2021. 18 p.

JORNAL, Notícias do Dia. Título da matéria: **Joinville 172 anos: zona sul carrega histórias dos loteamentos populares e luta por direitos**. Acessada em 09.03.2023.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. **A memória evanescente.** (in): PINSKI, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 9-27

MACHADO, Sônia Maria. Entrevista concedida a Letícia Helena da Maia em 01/06/2023. Acervo da pesquisadora. Joinville, 2023. 8p.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PETRY, Cristovão. **O Teatro em Comunidades Periféricas:** Uma trajetória Desenvolvida no Bairro Itinga (Joinville- SC). Joinville, SC: Areia, 2020. 240p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente?** Projeto História. São Paulo, n. 14, 1997.

\_\_\_\_\_. A.; JANINE RIBEIRO, T. M. T.; RIBEIRO FENELON, R. T. D. História oral como gênero. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.],v. 22, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PRAWURZKE, Janice Wenk. Entrevista concedida a Letícia Helena da Maia em 06/11/2021. Acervo da pesquisadora. Joinville, 2022. 11 p.

ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 51, p. 73–79, 1984. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1462>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Editora da UNICAMP, 2007.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, Vol. 8, Nº 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005.

SILVA, Janine Gomes da. **Tensões e sociabilidades:** história de mulheres em Joinville no século XIX. 196 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SILVA, Fernanda. Joinville 172 anos: zona Sul carrega história dos loteamentos populares e luta por direitos. **NDMAIS**. 09 de mar. 2023. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cidadania/joinville-172-anos-zona-sul-carrega-historia-dos-loteamentos-populares-e-luta-por-direitos/#:~:text=2023%20C3%A0s%2004h50-,Joinville%20172%20anos%3A%20zona%20Sul%20carrega%20hist%C3%B3ria%20dos,populares%20e%20luta%20por%20direitos&text=Joinville%20faz%20172%20anos%20neste,regi%C3%A3o%20em%20n%C3%BAmero%20de%20bairros>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

SANTANA, Acácio. Toda Semente é um Anseio de Frutificar. In: SANTANA, Acácio. **Hinos Luteranos**, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Mulher e realidade**: mulher e educação. Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez 1990

SEPUD. Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Joinville Bairro a Bairro 2017**. Joinville: Prefeitura Municipal, 188 p, 2017.

SOSSAI, Fernando; COELHO, Ilanil. História oral, cidade e lazer no tempo presente. **Revista História Oral**. 17. 7-37. 2014.

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira, 1993.

TOMELIN, Irene Petry. Entrevista concedida a Letícia Helena da Maia em 17/05/2023. Acervo da pesquisadora. Joinville, 2023. 10 p.